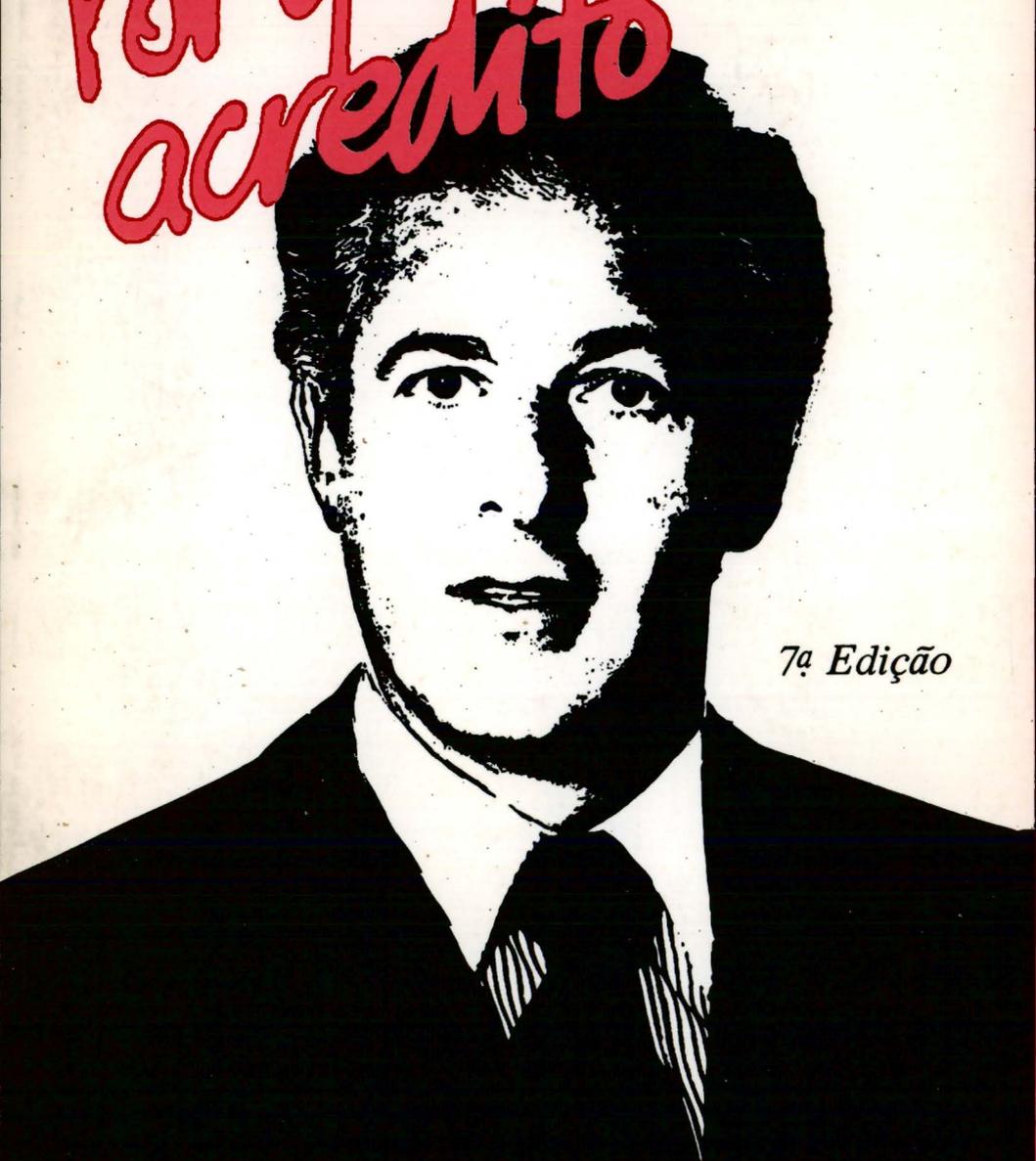


Por que acredito



7ª Edição

M A R I O G A R N E R O

MARIO GARNERO

Por que Acredito

Prefácio de
Paulo Villares

Capa

Aurélio Julianelli/Standard, Ogilvy & Mather Publicidade Ltda.

Revisão

Sárvio Holanda

Impresso no Brasil

Printed in Brazil

Índice

- Prefácio, 3
- O papel do Estado, 6
- A missão do empresário, 9
- O desenvolvimento, 17
- A pequena e média empresa, 18
- A unidade nacional, 19
- A indústria automobilística, 23
- A crise do petróleo, 25
- O Proálcool, 29
- O capitalismo, 32
- A política salarial, 33
- A inflação, 35
- A economia de mercado, 38
- A liberdade, 39
- A crença no futuro, 41
- A união das Américas, 46
- Os trabalhadores, 49
- A democracia, 51
- A geração de tecnologia, 57
- A iniciativa privada, 59
- A esquerda e a direita, 64
- A dívida externa, 65
- Anexos, 67

Prefácio

Em toda a sua história a humanidade tem apresentado uma característica marcante e permanente, que é a vida em sociedade. O homem é um ser social por excelência.

Viver em sociedade implica, necessariamente, direitos e deveres de cada indivíduo e da coletividade — esta, entendida no seu sentido mais amplo, englobando também as gerações futuras.

É dentro desse marco maior social que devemos analisar os distintos sistemas institucionais criados para administrar um dos problemas mais básicos do homem, o problema econômico — ou seja, o problema da escassez de recursos. Assim, um sistema econômico qualquer será adotado por uma certa sociedade e sobreviverá ao longo do tempo somente na medida em que os legítimos direitos sociais sejam respeitados e a repartição dos deveres dos indivíduos e grupos seja considerada aceitável por essa mesma sociedade.

O sistema capitalista, caracterizado essencialmente pela propriedade particular, pela livre iniciativa e pelo risco, distinguiu-se historicamente de outros arranjos institucionais econômicos pelo seu sucesso relativo. Sucesso, porque em nenhuma outra época e sob nenhum outro sistema as sociedades presenciaram uma melhora tão acelerada e tão generalizada das condições de vida, nem um nível tão elevado de liberdade individual; relativo, porque ainda permanecem gritantes injustiças sociais. Os arranjos institucionais, porém, não são perenes. A sobrevivência do sistema capitalista, por isso, não dependerá de seu

sucesso passado, mas de sua capacidade de continuar desempenhando satisfatoriamente, no futuro, seu papel social.

Como agente central do sistema capitalista, o empresário é, basicamente, o único responsável pelo funcionamento adequado e, em decorrência, pela própria sobrevivência dessa instituição social. É essencial, portanto, que compreenda claramente seu papel histórico. Apenas a compreensão, porém, não é suficiente; é necessário também que o empresário aja coerentemente com tal papel.

Penso que o papel fundamental do empresário é o de agir como administrador dos recursos econômicos da sociedade, ou seja, dos recursos humanos, físicos e tecnológicos, objetivando atender eficientemente às necessidades e aspirações da coletividade. Seu papel, entretanto, não se esgota aí. Igualmente importante é a sua função de canalizador do esforço de poupança da sociedade, promovendo o investimento, que possibilitará a contínua melhora do padrão de vida da população. Nesse arranjo institucional, o lucro representa uma parcela importante da poupança social entregue à administração do empresário; representa também um incentivo e uma remuneração justa pelo bom desempenho de sua função social.

O empresário tem ainda uma outra responsabilidade: o aperfeiçoamento do próprio sistema capitalista, tornando-o progressivamente mais justo, reduzindo as disparidades sociais. Se esta missão não for permanentemente realizada, correr-se-á o risco de provocar a instabilidade e a inviabilização do próprio capitalismo, que terá fracassado no atendimento de um daqueles legítimos direitos sociais a que antes me referi.

Dentro desse quadro, o livro de Mario Garnero possui um especial valor. Ele é a expressão das preocupações que devem

constituir parte integrante da vida do empresário, para que possa assumir integralmente sua função social.

Mario Garnero conseguiu posicionar-se com habilidade sobre os mais relevantes aspectos da atualidade brasileira, deixando, para os leitores, indicadores claros de uma nova ordem de prioridades. Além disso, suas páginas contêm uma mensagem de otimismo e confiança no futuro de nosso país, ingredientes indispensáveis para vencer a corrida que temos todos de emprender para sobrepujar os obstáculos que nos desafiam nesse fim do século XX.

Paulo Diederichsen Villares

O Papel do Estado

O que dificulta a exata compreensão de como as atuais desigualdades sociais no Brasil não provêm do sistema de livre mercado, ou seja, da existência de empresas privadas apoiadas no princípio do lucro é a histórica ausência de solidariedade orgânica entre os diversos segmentos da sociedade. O estigma da colonização como que se incorporou à alma nacional, que, reagindo à dominação externa, e dela conseguindo livrar-se, passou a agir com o mesmo **animus** na relação das elites com as grandes massas. Com isso, sedimentaram-se noções e teorias de poder cuja aplicação continuada determinou as discrepâncias de rendas, a pouca mobilidade social, a ausência de oportunidades políticas que verificamos ao longo do tempo.

A extinção da escravatura é coisa recente entre nós. Também não esqueçamos de que o pensamento político brasileiro sempre se dirigiu para o exterior, surgindo daí o nosso “encanto” pelo estrangeiro, os modismos intelectuais, a adesão às “novas idéias”. Esse aparente evolucionismo ou revolucionarismo ficava, no entanto, nas aparências. No fundo, predominou sempre o impulso conservador, assegurando a estratificação social de que todos reclamamos como incompatível com o nosso futuro. E mesmo em tempos mais recentes, quando a polarização do debate nacional criou condições para a participação política de um maior número de pessoas, essa participação sofreu a deformação ideológica que está na raiz do impasse brasileiro até hoje. Ou seja, a plataforma de reformas econômicas e sociais suscitada pelo governo João Goulart padecia miopia estatizante como principal instrumento e mais eficaz meio de transformação do retrato do Brasil.

Ao exaltar o Estado e seu pretenso papel renovador, incorria-se numa contradição intrínseca: os Estados são, por natureza, conservadores, criam e utilizam mecanismos de preservação do **status**, concedendo ou permitindo inovações tão-somente ao nível mínimo dos riscos de perda de controle do poder a que aspiram ou que exercem efetivamente.

Essa digressão eu a faço apenas para apontar uma falha essencial nas elites brasileiras: a de atribuir ao Estado, ao ente governo, uma missão de dinamismo econômico e social que está acima de sua capacidade. Ao tentar superar suas naturais limitações de criação e de geração de riqueza, abandonando a posição arbitral que, na verdade, deve ter, o Estado expõe a sociedade a dois tipos de riscos básicos: o malogro no plano econômico e a estagnação no nível político institucional. Em qualquer dos casos, é um preço inaceitável **vis-à-vis** ao êxito que as economias de inspiração privada têm alcançado em ambas as esferas.

A deficiência mencionada transferiu-se para as massas, que se acostumaram a ver no Estado a figura do pai, estabelecendo o contraste com o empresário, sinônimo do "tubarão", do parasita e do explorador, e dificultando seu engajamento numa efetiva campanha de capitalização do País. De onde virá a paixão nacional pelos controles de preços, a ojeriza a lucros (dos outros) e o fascínio por subsídios do governo senão desse enfoque deformado do papel do sistema capitalista? Ora, os países com melhores padrões de vida, maior respeito aos direitos civis e políticos dos cidadãos e mais amplas garantias econômicas e sociais são justamente os países praticantes do sistema de economia de mercado. O que se pode inferir disso tudo, pois, é que boa parte dos atuais problemas sociais se origina exatamente do fraco desempenho de uma elite, inclusive empresarial,

voltada para a exaltação do Estado, ao qual se motiva a recorrer sempre que enfrenta turbulência nos seus negócios.

De uma palestra na Associação dos Dirigentes de Vendas do Brasil (SP), em 21 de agosto de 1978.

A Missão do Empresário

O bonde da História não costuma passar duas vezes, e mesmo que assim aconteça, os lugares estarão ocupados na segunda viagem. Essa constatação nos conduz, fatalmente, a uma verdade: os derrotistas de hoje, induzidos pela acomodação, cheios de medo, hesitantes e indecisos, serão, de maneira inevitável, os grandes perdedores de amanhã.

É preciso lembrar sempre as prioridades fundamentais, surgidas de um processo que tem longo alcance e que se propõe a consolidar os objetivos e metas inerentes ao destino da própria Nação. O contrário também abriga outra exigência: é necessário deixar de lado aqueles que buscam os êxitos temporários ou o sensacionalismo gratuito. Impõe-se trabalhar e criar sempre; propor e questionar com serenidade e imaginação, ao invés da dedicação à retórica e da denúncia gratuita, com fins de simples proselitismo.

Mais danoso que tudo, no entanto, é disseminar o desestímulo e o desalento, ostensivos ou indiretos, contra as legítimas esperanças de uma coletividade empenhada em construir.

De um discurso no Rotary Club São Paulo-Oeste, em 6 de maio de 1975.



Creio que a ninguém interessa um ciclo de convulsão social e de instabilidade econômica, um ciclo dominado pelo desespero e pela incerteza. A ninguém interessa, também, a ascensão de ideologias, que levam à desagregação. É preciso, pois, com vigor e determinação, contrapor a verdade de nosso trabalho à ação dos grupos ideológicos.

A complementaridade econômica constitui uma exigência inadiável. Precisamos rever os critérios que vêm sendo aplicados até o momento nas relações econômicas entre as nações. Precisamos, por exemplo, eliminar os potencionismos que estão retardando o processo a favor de um mundo integrado.

E ao ser prejudicado, tal processo gera influências negativas no plano político e social. Os empresários, agentes da atividade econômica, têm um importante papel social e histórico a cumprir. Não podem omitir-se nem dedicar-se exclusivamente à geração de negócios.

De um discurso no I Seminário Internacional sobre Investimentos no Brasil, em Salzburgo, em 26 de maio de 1975.



Ao escrever-se no futuro a história das grandes transformações experimentadas pelas sociedades, nos dias atuais, seguramente haverá um lugar de destaque para a mobilização empreendida, hoje, pelo povo brasileiro. Essa mobilização se-

rá tanto melhor compreendida e avaliada em seus desdobramentos quanto mais nos convenceremos de que, ao lado dos benefícios, devem coexistir os sacrifícios; junto com a expectativa de retorno deve coexistir a convicção sobre o papel social do lucro. Quanto mais nos convenceremos, enfim, de que o nosso trabalho não deve esgotar-se na aferição de resultados cujo conteúdo se limite ao campo reduzido da empresa, de seus dirigentes ou de seus acionistas.

De uma palestra na Câmara Teuto-Brasileira, em 6 de junho de 1976



A atuação empresarial deve ser livre na sua essência embora se admita a intervenção governamental em situações de excepcionalidade. Veja o caso do controle de preços. Ele é necessário, sim, em certas ocasiões, como acontece atualmente, mas jamais deve ser encarado como instrumento que se esgota em si mesmo.

O controle de preços, assim, faria parte do elenco de providências contempladas por uma política de planejamento flexível, como se aplica nas nações industrializadas do mundo ocidental. O grau de intervencionismo nesses países está longe de caracterizar um centralismo econômico (como nos países de capitalismo de Estado), assim como não representa o liberalismo anacrônico do século XIX, incapaz de atender às aspirações so-

ciais. É esse atendimento que credencia a moderna economia de mercado como o sistema mais eficaz para qualquer nação que deseje desenvolver-se à luz de uma doutrina cristã, de valorização humana, de respeito à liberdade e de uma franca e mútua convivência.

De uma entrevista à Gazeta Mercantil (SP), em 5 de agosto de 1977.



Não se justificam entre os empresários brasileiros as razões de deslumbramento ou de euforia enganosa, que limitam a visão crítica ou escondem problemas, nem procedem as posturas de temor ou hesitação. Há uma justa medida para tudo e para cada coisa. No caso do Brasil, essa justa medida é a manutenção, sempre revigorada, da garra e da vontade de grandeza que lastreiam a história do nosso país.

De uma entrevista ao Correio do Povo (RS), em 16 de julho de 1978.



Dentro da missão do empresariado avulta a tarefa de dizer e demonstrar ao povo que:

— somos a favor da prosperidade coletiva e, nela, do avanço e das conquistas de cada cidadão;

— defendemos a liberdade de todos, mediante uma estrutura de respeito mútuo e recíproco aos diferentes interesses e pleitos que animam a sociedade;

— condenamos o exercício abusivo da posse e do controle do capital, especialmente o uso desse fator produtivo em detrimento do interesse social;

— apoiamos a atuação mediadora do Estado, principalmente no plano do atendimento às necessidades de bem-estar social.

— repudiamos os radicalismos em geral, se de esquerda, pelo habitual apelo à violência, seja de natureza física, seja de espécie intelectual; se de direita, pelo imobilismo histórico que apregoa, pelas reações ao primado do interesse coletivo na construção de uma sociedade justa e livre, pelo apego a posições tendentes a manter controles sobre legítimas reivindicações sociais.

De um encontro com jornalistas de economia em 2 de setembro de 1978.



Muito vai depender, de nós, os empresários, o futuro político-institucional do Brasil. De nossa serenidade, por exemplo, dependerá o comportamento dos trabalhadores; de nossa sinceridade vão depender também as atitudes de franqueza esperada da classe trabalhadora; e de nossa convicção e de nossa firmeza na defesa de idéias e de ideais vai depender o destino do próprio estilo de vida, da própria estrutura produtiva, da própria concepção de sociedade que herdamos de nossos antepassados.

Não devemos nos iludir: o pensamento reacionário está condenado, como condenado também está o extremismo de esquerda. Não podemos persistir na intransigente defesa de pleitos completamente destoantes da função social do capital. Inconcebível também é a pretensão de exercer domínios plenos sobre as aspirações sociais.

Isto equivaleria a querer parar o tempo ou, pior ainda, fazê-lo recuar.

Antes de reclamar que nossos lucros estão pequenos, examinemos com atenção se estão atendidas as condições mínimas de vida dos trabalhadores. Ao invés de reclamarmos do governo, procuremos ajudar o governo a resolver os imensos problemas com que se defronta, no dia-a-dia e na construção do futuro.

Por outro lado, devemos combater a esquematização de falsos conflitos que se pretendem difundir junto ao povo brasileiro, procurando dividi-lo pela exploração deliberada e sistematizada de suas dificuldades. Esse terrorismo psicológico, que semeia a discórdia e estimula o antagonismo, só poderá ser combatido, porém, se atuarmos conscientemente.

Esta é a única forma de alcançarmos a verdadeira união nacional; de consolidarmos as conquistas já obtidas nesse terre-

no tão delicado, e que responde pela maior ou menor grandeza das nações. Os países que dela cuidaram são todos ricos e prósperos; os países que se deixaram levar pelos radicais e extremados, pela paixão política exacerbada ou pelo domínio isolado de homens ou grupos, padecem sofrimentos irreparáveis. Alguns pelas lutas fratricidas; outros, pela perda de liberdade de seus cidadãos.

De uma palestra no Rotary Club de São Paulo—Centro, em 10 de novembro de 1978.



A despeito da aparente grandiloquência do pensamento, estou convencido de que às três Américas está reservado o papel decisivo no equilíbrio de forças em escala mundial. Com efeito, à parte a homogeneidade do sistema de valores que presidem nossa formação e a nossa existência, cumpre realçar a natureza econômica estratégica do continente americano.

Para que possamos assegurar essa condição, parece-me essencial a participação empresarial, sob a forma de iniciativas que contemplem o nosso destino comum. Nossa solidariedade responderá pela nossa grandeza; nossas divergências serão o penhor do nosso malogro como povos e como nações.

Nesse sentido, é fundamental que proclamemos à exaustão nossa fé inabalável no sistema de economia de mercado, o único em condições de extrair os países pobres e em desenvolvimento do quadro de atraso em que ainda vivem. Esse mesmo sistema,

por outro lado, responde pela liberdade que aprendemos a respeitar e a aplicar, nas nossas relações internas, e no nosso intercâmbio inter-nações.

De uma palestra na Câmara de Comércio Brasil—Canadá, em 19 de março de 1979.



O Brasil atravessa um período de grandes desafios. No campo político, o desafio de consolidar um processo democrático. No campo econômico, o desafio de promover um desenvolvimento justo e equilibrado.

São tarefas difíceis, que requerem a participação de todos, e exigem, principalmente dos empresários, atitudes conscientes e posições responsáveis.

Quando falo de empresários, eu não faço distinções nacionais. Todos aqui reunidos que mantêm algum tipo de ligação com o Brasil, sabem o quanto a sociedade brasileira aprecia a colaboração e o trabalho em favor do progresso do Brasil.

De uma entrevista a O Estado de S. Paulo, em 19 de outubro de 1979.

O Desenvolvimento

Não costumo crucificar quem toma decisões ou faz opções, mormente em etapas históricas cruciais. É fácil estar de fora e criticar. Acontece que a industrialização acelerada, iniciada no governo do presidente Juscelino Kubitschek e impulsionada após 1964, pressupunha obrigações sociais e desafios econômicos que somente as grandes empresas, os vultosos investimentos estavam em condições de atender. Os méritos de tais decisões sobrepujam, em resultados, os eventuais erros ou distorções, por mais rigoroso que seja o método de análise e avaliação escolhido. De qualquer maneira, o processo foi decisivo para o surgimento de um parque industrial médio e pequeno de ampla significação, que cumpriu e está cumprindo seu papel, embora se apresente, hoje, diante de impasses que a ação governamental isolada, por maiores que sejam os incentivos e o apoio fornecidos, talvez não consiga superar a tempo e nas condições que o País está requerendo.

De uma entrevista ao Jornal do Brasil (RJ), em 20 de março de 1978.

A Pequena e Média Empresa

Não sou especialista em pequenas e médias empresas. Vejo-as envolvidas num contexto mais amplo de política industrial, que acompanho há anos, primeiramente como estudioso, depois como dirigente de empresas e de setores fabris. Não há fórmulas mágicas, milagrosas, e creio que os dois últimos governos da Revolução mostraram isso, trabalhando muito e colhendo pouco na área, exatamente por causa das enormes dificuldades implícitas no processo. Acontece que as fontes, se não de solução, ao menos de atenuação do problema, não foram de todo esgotadas. Entre elas, destaco a da participação de empresas externas, sob forma associativa com capitais brasileiros.

De uma entrevista ao Jornal do Brasil (RJ), em 20 de março de 1978.

A Unidade Nacional

Minas Gerais está dando o exemplo de que o desenvolvimento harmônico e complementar, cooperativo e associativo é a nossa única e legítima opção, a despeito das dificuldades que essa escolha possa impor. Aqui se aprendeu que é preciso reverter ou atenuar tendências e saber dosar impulsos que, justificáveis no presente, pelo lastro de conquistas ao longo da História, poderão converter-se no futuro em fator de desagregação, se mantidas fórmulas políticas ou sentimentos de predomínio isolado.

De uma palestra no Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, em 25 de novembro de 1977.



A coragem de empreender sempre foi e continua sendo maior que uma antevisão pessimista de riscos envolvidos. E essa coragem é o fundamento do desenvolvimento de São Paulo e do próprio Brasil de hoje, que se vem processando e se acentuando, promovido que é por lideranças esclarecidas, vigorosas, dinâmicas e também politicamente lúcidas, além de inteligentemente atentas aos problemas econômicos.

Dessa atitude é que deriva a convicção de que um empreendimento envolve, obrigatoriamente, compromissos político-sociais que devemos assumir, não apenas com a sociedade paulista, mas, sobretudo, com a grande família brasileira. Reitero aqui um conceito que, estou certo, acompanha o empresário de São

Paulo, em sua ampla maioria: ao buscar o lucro, seu principal estímulo, a empresa ou o empreendedor não o encara como um fim em si. Ele vê o lucro como um instrumento legítimo que o ajuda a manter seu negócio em pé, o qual, por sua vez, para crescer, requer novos investimentos.

De um encontro com jornalistas de Economia, em 10 de agosto de 1978.



São Paulo pode continuar sendo visto como um país dentro do País? Eis o primeiro questionamento a que se seguem outros, interligados a essa que considero uma pergunta-chave.

Qual será o resultado final das disparidades que São Paulo apresenta em relação às demais regiões brasileiras, especialmente o Norte e o Nordeste?

Poderá São Paulo, na sua expressão econômica, social e principalmente política, sobreviver, sem sobressaltos, ao alargamento que a cada dia mais se avulta entre o seu desempenho global e a realidade do restante da Nação?

Como transformar a potencialidade de São Paulo em mecanismos e instrumentos de uma maior integração com os outros Estados, unidos formalmente pelo estatuto legal do federalismo, mas, na realidade, dissociados pela presença de elementos dife-

renciadores de suas respectivas condições, e, mais que isso, de suas perspectivas no futuro?

Fixarei alguns pontos de vista a respeito, apoiado em convicções pessoais em torno das questões levantadas, e tendo em conta, sobretudo, o **fator político** da presença de São Paulo no panorama geral da realidade brasileira.

Em primeiro lugar, creio ser impossível a qualquer nação conviver por longo tempo com disparidades sociais e econômicas inter-regionais como as existentes entre o nosso Estado e o restante do Brasil.

A fama de riqueza e de pujança de São Paulo precisa ser revista.

A chamada elite de São Paulo deve conscientizar-se das responsabilidades inerentes à sua posição e à posição do próprio Estado.

São Paulo tem de aumentar sua participação no processo de desenvolvimento brasileiro, mediante iniciativas provenientes do setor público e do setor privado, e que representem uma contribuição adicional ao estímulo econômico em si, irradiado normalmente pela sua estrutura produtiva.

Não me agrada a imagem do paternalismo, menos ainda sua manifestação, qualquer que seja a forma assumida. O paternalismo reduz os homens a uma expressão menor, e, no caso de entidades políticas, como o são os Estados, a posturas desprezíveis de subserviência e de dependência.

Convém, assim, aplicar nas relações entre tais entidades políticas, ou seja, os Estados brasileiros, normas de cooperação res-

peitosa e de colaboração mútua, reservando-se àqueles dotados de maior capacidade de participação tarefas e missões de alcance proporcional a seus dotes.

A classe de dirigentes empresariais do Rio Grande do Sul tem uma grandeza à altura da tradição épica gaúcha, pois são empresários participantes, que lutam por seus ideais e estão sempre dispostos a desbravar novas terras, para implantar projetos pioneiros e imprescindíveis ao desenvolvimento da região.

De uma entrevista ao Correio do Povo (RS), em 17 de junho de 1979.

A Indústria Automobilística

No mundo inteiro a indústria automobilística parece condenada a estigmas de toda ordem. Antes do reajustamento dos preços do petróleo, combatia-se-lhe a tendência ao barulho, à poluição, ao congestionamento das ruas e estradas.

Agora, além desses fatores, se imputa à indústria a causa de deformações estruturais, tal a vinculação estabelecida entre o seu desempenho e a economia das nações. Na verdade, eu ousou confessar aos senhores que, de um prisma literalmente romântico, me agradaria viver num mundo menos agitado, e sem a movimentação e a pressa configuradas pela mobilidade física que o automóvel proporciona.

Entretanto, realista como sou, e curvando-me à evolução humana, procuro encarar a atividade do setor como inevitável, e dotada de um potencial econômico, social e político imprescindível às modernas sociedades.

De um artigo para O Estado de S. Paulo em 23 de outubro de 1978.



Não se pode imaginar que no mundo inteiro paremos a circulação do automóvel porque o petróleo vai acabar. Eu não vejo a indústria condenada definitivamente. Aqui no Brasil, ela tem um crescimento de 15%, mas inclusive podemos suportar em certas ocasiões, crescimento zero. E talvez, em certas ocasiões, essa seja até, sob o ponto de vista econômico, uma solução melhor do que crescer rapidamente. Não acredito que a indústria automobilística esteja em crise de sobrevivência no mundo todo pela questão do petróleo, porque não há nenhum substituto à mão para o petróleo. Eu acho que a indústria tem dificuldades pelos custos crescentes do petróleo, sem dúvida o custo do uso hoje passa a ser no mundo todo um limitador de crescimento. Mas também a gente sabe que, em países desenvolvidos, a indústria automobilística não tem mais campo para crescimentos extraordinários.

Mas a indústria automobilística brasileira tem de adotar certos padrões de consumo diferente de outros países, inclusive da América Latina. Acredito que nossas fronteiras agrícolas ainda vão ser conquistadas basicamente com caminhão.

De uma entrevista ao Jornal da Tarde (SP), em 14 de dezembro de 1979.

A Crise do Petróleo

Os futurólogos são um espécime em extinção ou, na melhor das hipóteses, condenados à solidão do monólogo. Não gostaria de arriscar um prognóstico a respeito do combustível alternativo que poderá prevalecer no futuro, embora acredite no alcance de uma solução final favorável, como sempre conseguiu a Humanidade em face de situações críticas de desafio.

De uma entrevista ao Jornal O Estado de S. Paulo, em 29 de outubro de 1974.



O Hemisfério Ocidental demorou demais em reconhecer uma crise que lhe está minando a estrutura econômica e pondo em risco seus valores políticos fundamentais. No círculo vicioso em que se transformou o conjunto de dificuldades geradas pelos preços mais elevados do petróleo está patenteada a displicência com a execução de programas energéticos alternativos, inclusive nas áreas privativas das grandes nações, como a energia nuclear. Alegam-se, por vezes, os altos custos da geração de energia alternativa, como o óleo sintético, o xisto, o carvão. Mas diante das perspectivas de preços sempre crescentes do petróleo já não seria o caso de investimentos, públicos e privados, nesses setores?

Quando falo em círculo vicioso quero referir-me também à posição cômoda dos países industrializados de reciclarem os

recursos financeiros provenientes dos próprios ganhos obtidos com a venda do petróleo pelos países produtores. A reciclagem desses recursos está vinculada, até aqui, a operações normais de **short-term**, sem a menor preocupação com o que se procura realizar, especialmente no mundo em desenvolvimento, no campo energético alternativo.

O sistema financeiro internacional não pode continuar incentivando aplicações de curto prazo, através de dinheiro que teria de ser utilizado, em escala mundial, em programas e projetos destinados, no mínimo, a aliviar a insuportável ansiedade em que vive o mundo diante do suprimento de petróleo. Estamos diante, mais que de um problema econômico, de um desafio político, em que a componente moral, de compromisso com o destino da própria civilização, deve orientar nosso pensamento e a nossa ação, seja a nível de privado, seja a nível dos governos.

Precisamos ousar, arriscar, correr riscos, apostar e, sobretudo, unir forças. O Hemisfério Ocidental não dispõe, por exemplo, de um organismo de planejamento e financiamento de projetos de energia renovável nos países em desenvolvimento, sabidamente os mais credenciados a explorar fontes alternativas energéticas, graças a seus recursos naturais, climáticos, de oferta de mão-de-obra e de disponibilidade de mercado.

Por que não acelerar a criação de uma agência internacional de energia, financiada com recursos de países produtores e consumidores de petróleo, no âmbito do Banco Mundial, com contribuições avaliadas, por exemplo, com base nos produtos internos brutos, ou no montante das compras e vendas de óleo realizadas no último triênio? Importa pouco a fórmula de cálculo para tais contribuições. O essencial é que seja criada e acionada imediatamente, reservando-se a cada grupo de nações, representativas de determinadas regiões, o papel de conduzir propos-

tas e entendimentos capazes de livrar o mundo da odienta dependência de um só produto.

De um artigo para a Gazeta Mercantil (SP), em 12 de outubro de 1980.



A vanguarda que o Brasil assumiu no campo da energia alternativa reflete a consciência de que alguma coisa precisa ser feita para anular a terrível dependência de um só produto, o petróleo, e de uns poucos países que o controlam.

Infelizmente, os esforços realizados até aqui têm sido desproporcionais à amplitude e profundidade dos problemas. Vivemos uma situação típica de negligência coletiva: todos erramos, e muitos ainda continuam insistindo no erro da acomodação ao petróleo importado de um cartel.

Parte das dificuldades que o Ocidente vive deve ser creditada ao isolamento das nações e de suas lideranças. Jamais, em momentos de gravidade, as nações ocidentais se comportaram de maneira tão egoísta e tão desprovida de visão do futuro. No caso particular das Américas, o isolamento apresenta-se mais sério. A cooperação entre as nações americanas, no campo energético, jamais foi sequer mencionada. No entanto, as três Américas são uma região que reúne um potencial enorme nesse setor.

De um artigo para o Correio do Povo (RS), em 9 de maio de 1978.

Não existem anjos nem demônios no grande festival de equívocos verificados no setor energético brasileiro. Todos nós somos culpados, inclusive na elementar confusão que estabelecemos entre problema energético global e problema de combustível em particular. A energia solar, por exemplo, sempre foi interpretada como coisa de cientistas malucos. No entanto, existem já empresas no Brasil em condições de produzir secadores de grão a luz solar, capazes de substituir o óleo combustível hoje utilizado.

De uma palestra na Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica, em 26 de setembro de 1980.



O problema energético deve e tem de ser encarado como um obstáculo comum a todos que aqui vivem — brasileiros natos e brasileiros por adoção. Isto significa, no caso das empresas estrangeiras, a exigência de estudos, pesquisas e experiências que contribuam para melhorar o perfil energético brasileiro. Não se pode deixar a cargo exclusivo do governo as soluções. As empresas, sozinhas ou agindo setorialmente, precisam buscar alternativas tecnológicas que representem uma efetiva economia de combustível. Nesse particular, são inegáveis suas vantagens relativas, dispondo, como dispõem, de fontes de intercâmbio de informações e de conhecimentos na matéria.

De uma entrevista ao Correio do Povo (RS), em 18 de junho de 1982.

O Proálcool

Se parte do empresariado nacional respondesse afirmativamente ao desafio energético lançado pelo presidente João Figueiredo, eu não hesitaria em afirmar que a produção de álcool poderá chegar até mesmo aos 20 bilhões de litros em 1985.

O Brasil já domina a tecnologia de extração de álcool pela hidrólise da madeira. As florestas de eucalipto hoje existentes seriam suficientes para a produção de 2,5 bilhões de litros de álcool, sem afetar a produção de matéria-prima para a indústria de papel e celulose. E até 1985 seria possível um novo corte, pois com apenas três anos o eucalipto já permite seu aproveitamento para extração do álcool. Assim, além dos 10,7 bilhões de litros de álcool a serem obtidos da cana-de-açúcar, previstos pelo governo, teríamos mais 5 bilhões de litros de etanol extraídos da madeira. E o Nordeste poderia ser um grande produtor de álcool da madeira ou do babaçu. E os restantes 4,3 bilhões de litros, com maior produtividade da cana e a produção de álcool extraído do sorgo sacarídeo.

De uma entrevista ao jornal O Estado de S. Paulo, em 21 de outubro de 1979.



No meu entender, existem dois aspectos ligados ao problema do álcool, no Brasil, que acho oportuno levantar: primeiro

é preciso tirar essa tutela do Estado de um programa que pode ser viável com pouco incentivo, e pago pelas condições que vão surgir.

Segundo, porque acho que na área social há uma condição extremamente eficaz de se transformar, pelo Proálcool, essa disparidade entre regiões e entre gentes. Mas, há alguma coisa que é importante colocar de princípio: o plantador de cana e o dono de usina são duas entidades extremamente diferentes, hoje, na realidade brasileira. Hoje 50% apenas dos usineiros têm 50% das terras. Da produção total o usineiro tem 50%, ele compra a matéria-prima. Então é um processo que não está hoje, em mãos de um grupo pequeno de usineiros. Todos temos, na área empresarial, falhas e acertos, mas os usineiros não podem ser colocados no pelourinho, quando sabemos que este artificialismo das posições de governo — quando o preço é bom confisca, quando o preço é mau dá subsídio — é que está criando essa distorção da economia brasileira, que ninguém mais entende, e na qual nada mais funciona em termos de eficiência.

Como produzir energia e culturas de exportação nessa terra, quando não há possibilidade de ter uma safra recorde de trigo, mas todo ano chove e cria problemas para os produtores de trigo? Por quê? Porque vai chover sempre, porque nós plantamos o trigo de ciclo longo numa época em que vai chover sempre. Não é que não deva chover, o trigo é que não devia estar sendo colhido nessa ocasião.

Então, nós precisamos muito mais de um zoneamento indicativo, com concessão de incentivos de fixação do que de tutela que tolha a liberdade. Quanto ao aspecto social é preciso, antes de mais nada, analisar o sistema da destilaria.

O conceito que está dado é de um projeto integrado agro-industrial. Temos de quebrar este sistema. Há dois processos nítidos para produção do álcool. Um é o processo de matéria-prima, onde devemos dar a chance ao pequeno e médio produtor de produzir cooperativado ou participando, e o projeto industrial. O sujeito monta um projeto industrial via Finame e outro monta o sistema de produção diferente do dele, por-

que aí é que vai estar o sistema desconcentrador. Se tivermos a possibilidade de equilibrar, eu acho que nesse aspecto de cooperativa, e não digo cooperativa apenas no sentido de cooperativas estabelecidas, mas um cooperativismo autêntico, união dos produtores, pode-se chegar a uma participação efetiva.

De uma entrevista ao Jornal da Tarde (SP), em 13 de agosto de 1980.

O Capitalismo

Não basta agitar bandeiras em favor do capitalismo: é preciso aplicá-lo, buscar seu aprimoramento, sem subterfúgios, explorar sua potencialidade no desencadeamento de verdadeiras e reais transformações sociais e econômicas, como ocorreu na Europa e nos Estados Unidos.

O capitalismo, de deveres e compromissos sociais bem definidos, não deve nos envergonhar, na medida em que foi por intermédio de sua plena aplicação que as massas trabalhadoras alcançaram, nos países em que de fato vigora, condições de vida sem igual na história da Humanidade. Condições de vida no plano econômico e na esfera política, com liberdade e democracia.

De um artigo para a Folha de S. Paulo, em 27 de outubro de 1980.

A Política Salarial

Para ser realmente generosa uma política salarial teria de ter o pressuposto do excedente, quer para consumo, quer para a poupança. Alguém de boa fé pode imaginar um assalariado esbanjando-se, hoje, no consumo ou alocando recursos para capitalização? Talvez, sim, somente com atitudes de extrema renúncia de hábitos adquiridos, incorporados ao seu dia-a-dia. Mesmo assim me parece difícil, em face da inflação. Os críticos atuais da política salarial, no meio empresarial, contaram com tempo suficiente para avaliá-la, antes da apreciação e do veredito do Congresso. Silenciaram, porém. Agora, atacam-na, como mal maior — e não é o mal maior da inflação. Se antes não era, por que passou a sê-lo? Certamente porque é a componente política mais frágil no universo das conveniências, adquirindo contornos de vulnerabilidade mais aberta ao ataque frontal em épocas de dificuldade. Da forma como está colocada, a palavra **austeridade** significaria o quê? Aperto salarial? Mudança das regras do jogo, previamente estabelecidas e de convivência harmoniosa até recentemente? É necessário identificar, ao lado de uma apreciação estritamente econômica da lei salarial, seus desdobramentos político-sociais. Sem essa lei salarial que aí está, a convulsão social seria elemento ponderável na atual conjuntura. Sem que seja perfeita, evitou a polarização sindical, à qual se seguiria, no rastro de uma atmosfera de abertura política e, pois, reivindicatória, um período de confessada insatisfação e talvez de confronto. Tecnicamente falando, mais austera com a preservação do atual nível de demanda popular. Se o perfil de consumo geral ainda mantém padrões, digamos normais, isso se deve à renovação do poder de compra propiciado pela atual lei. Do contrário, a recessão seria recessão mesmo,

não se cingindo, como se cinge, a alguns setores industriais "esfriados" deliberadamente.

Se a atual lei salarial tiver de ser revista — e até admito seu aperfeiçoamento, como, entre outros, o caso do conceito de produtividade —, devemos ter na devida conta que tal revisão precisa contemplar os direitos adquiridos dos trabalhadores. Trata-se, repito, de uma enganosa premissa política: quando a empresa vai mal, descarrega-se a reação nos lucros menores ou nos prejuízos sobre os trabalhadores. Não me parece uma postura correta, eticamente, e ela é burra, de um prisma político-empresarial, sobretudo a médio e longo prazo. Para a empresa e para o País.

De uma entrevista à revista Manchete, em 13 de junho de 1981.

A Inflação

A respeito da inflação, cabe-me fazer algumas observações. Embora ninguém goste da alta intensa de preços, no caso do Brasil é preciso tolerá-la nessa fase de reordenação de prioridades, com um objetivo sobretudo social. Os sacrifícios impostos à sociedade, em especial aos trabalhadores de baixa renda, recomendam uma política destinada a melhorar as suas condições de vida.

De uma entrevista à Folha de S. Paulo, em 19 de outubro de 1979.



A recessão não pode ser nunca objetivo final de uma política econômica. Mas o exercício de controles seletivos sobre o conjunto da demanda nos parece o caminho inevitável para inverter a louca e perigosa tendência da inflação doméstica. Os efeitos da inflação, com a redução da atividade econômica global, são socialmente perversos. Em uma inflação de mais de 100 por cento, além do risco de disparar e permanecer sem controle, apresenta o perigo maior de desorganizar a sociedade literalmente. Aí, então, não teríamos apenas o aumento do desemprego, mas uma economia debilitada ao máximo e uma sociedade ameaçada politicamente. Não há governo ou sistema político que resista, indefinidamente, a uma inflação de três dígitos. Lembro, por outro lado, que a recessão será sempre conse-

qüência da inflação. Com medidas de controle da inflação pode-se administrá-la. Sem elas, será o caos.

De uma entrevista à revista Manchete, em 13 de junho de 1981.



As sociedades do mundo ocidental — as sociedades optantes pelo sistema de livre mercado —, já declararam que a inflação é o seu grande inimigo. Creio que o Brasil inclui-se entre elas: a inflação também é o câncer que nos ameaça política, econômica e socialmente. Aos que a menosprezaram e aos seus efeitos bastaram a erosão do poder aquisitivo, a degenerescência da moeda e a simples avaliação prospectiva dos rumos do quadro econômico para que percebessem a gravidade do mal. O coro foi uníssonos: vamos combater a inflação, dentro dos parâmetros da economia de mercado.

Nessa sinfonia, os acordes do empresariado atingiram a escala mais elevada, mediante o uso insistente dos instrumentos de percussão pública, a reclamar a mudança da partitura. Assim, nós empresários o requeremos, assim o maestro nos atendeu: a orquestra poderia atuar mais à vontade e ajustar livremente os tons de seus clarinetes e oboés. Nessa afinada, restou implícito o risco de reações da platéia que, ao fim e ao cabo, é o objetivo maior da apresentação. Cada qual bancaria a sua parte nessa reação, ficando claro que não valeria jogo bruto. Ou seja, não seria lícito expor o maestro ou a orquestra à irritabilidade da platéia. Para que a audição chegasse a seu final, seria necessário manter a harmonia e o ritmo.

Infelizmente, parte da orquestra debandou e, em concerto isolado, passou a executar peças destoantes do programa original. Com isso, está confundindo o público.

Atitudes mais profundas esperam de nós, empresários, o povo e a Nação. Em primeiro lugar, coerência. Somos, por princípio, defensores de uma economia de livre mercado, e ao longo do processo assim agimos; pleiteamos a liberalização de preços, o fim dos controles do governo e a diminuição da carga tributária; queixamo-nos dos baixos lucros e da incapacidade de reinvestimento decorrentes do cerceamento que sofríamos.

Agora que a economia se define — e se define segundo uma concepção clássica que anima o pensamento de empresários sóbrios e de cidadãos lúcidos —, agora que o povo já efetivou sua opção (inverter a marcha da inflação), agora que fizemos nossas apostas (sociedade e governo) em prosseguir juntos até à extirpação do câncer — justamente agora não nos parece sensato argüir a necessidade de mudança de rumo. Menos ainda, a de brandi-la sob a forma de ameaças veladas de hipotético apocalipse.

No olhar e no julgamento íntimo da Nação, esse comportamento aparece como algo próximo da barganha, do conchavo, expedientes indignos dos tempos de livre debate, como o desejamos.

Agindo assim, nada alcançaremos, a não ser o repúdio público e a desconfiança geral. Pior ainda: da dissidência empresarial emergirão, cada vez mais fortes, os arautos da estatização, aproveitando o vazio de lideranças numa área de onde saíram conquistas valiosas e para onde se voltaram as mais fundas esperanças nacionais.

De um artigo para a Gazeta Mercantil (SP), em 17 de abril de 1982.

A Economia de Mercado

Não é de hoje que defendo o sistema de economia de mercado, apoiado não apenas em fundamentos de natureza econômico-social mas, sobretudo, de ordem político-filosófica, na medida em que a livre iniciativa traduz uma maneira de ser e de pensar, de agir e reagir. Ou seja, uma estrutura de valores intrinsecamente ligados ao homem, como ser e como agente criador.

Evidente que não existe uma regra rígida (e aceitável por todos) para se avaliarem desempenhos de sistemas econômicos, mas os exemplos disponíveis da realidade das nações na atualidade apontam uma enorme vantagem dos países que praticam a economia de mercado. No plano econômico-social, não há como comparar os padrões de vida de povos como o norte-americano, o sueco, o alemão, o suíço. Pois bem, todos vivem em países de economia de mercado. Na esfera humana, que resvala inevitavelmente para o campo da política, de participação social e de liberdades cívicas, o contraste torna-se ainda mais flagrante.

De uma entrevista à Gazeta Mercantil (SP), em 5 de agosto de 1977.

A Liberdade

A liberdade não é algo que simplesmente se deseja e se obtém: é uma situação satisfatória para o indivíduo e para a coletividade, se estes a desejam. Mas há necessidade de esforço para atingi-la e também para mantê-la.

De um discurso no Fórum das Américas, em 25 de outubro de 1980.



O quadro de dificuldades econômicas do Brasil é transitório. O que não pode nem deve assumir características transitórias é a vigência da liberdade, dos direitos dos cidadãos em todos os planos de vida, a começar do produtivo, que gera riquezas, cria empregos, proporciona bens e opera como catalisador dos desejos coletivos de paz social.

É fundamental preservar a liberdade, pressuposto de instituições políticas sólidas e de estrutura econômica duradoura e dinâmica.

O livre fluxo de idéias, amparadas e resguardadas pelas instituições, certamente não resolverá os nossos problemas econômicos. Mas as dificuldades econômicas não encontrarão solução também numa atmosfera de cerceamento dos cidadãos, atingidos, hoje, por uma hipertrofia de normas, regras, portarias, instruções, regulamentos, controles, taxações e impostos crescentes.

Tal hipertrofia da interferência dos governos na vida dos cidadãos não se justifica mesmo ao preço duvidoso de combater a inflação. Se a inflação constitui um ônus coletivo e seu combate uma distribuição equânime de sacrifícios, cabe aos governos assumirem sua cota específica. Ainda nesse contexto, cabe também ao Estado deixar de incriminar e reprimir a sociedade pelo consumo que realiza, cuja dimensão em valores não equivale aos gastos, às vezes desnecessários, com a manutenção de sua máquina burocrática e execução de projetos bem acima de suas possibilidades.

O povo deseja, também, um futuro sem recessão. Mas reduzir a inflação não quer dizer desemprego. E acreditar na moeda estável é fundamental para manter-se a prosperidade.

A liberdade de que vos falo não é a expressão de um valor metafísico, desapegado das condições reais e objetivas da atualidade nacional. A liberdade que exalto é a liberdade definida e delimitada por costumes e hábitos que conosco nascem e que conosco devem morrer, como acontece nas sociedades ricas e poderosas, de onde provêm a essência das aspirações de riqueza, justiça, vigência e aplicação das leis, o acesso às oportunidades, a mobilidade do cidadão e do corpo social, de respeito e segurança dos cidadãos, como garantia de boa convivência coletiva.

De um discurso na Associação dos Dirigentes de Vendas do Brasil (SP), em 11 de dezembro de 1980.

A Crença no Futuro

O Brasil mantém e manterá os termos do desafio a que se propôs perante o seu povo e a própria História. Estamos convictos da nossa destinação à grandeza, e a ela perseguiremos sem recuos. Integrados num contexto geográfico, político e econômico, cujos valores básicos também postulamos, o Brasil aceita a colaboração voluntária que todos os povos e nações amigas queriam prestar ao seu processo de desenvolvimento.

De uma palestra em seminário na União de Bancos Suíços, Zurique, em 9 de abril de 1976.



Tenho sido acusado, às vezes com ironia, de ver tudo sob cores róseas brilhantes exibindo um otimismo que, segundo alguns, não corresponde à realidade. O tempo, todavia, vem-se encarregando de comprovar que meu otimismo é justificado — e qualquer otimismo assim o será — desde que misturado a três ingredientes básicos que respondem pela grandeza de nosso País: entusiasmo, confiança e trabalho.

Não se trata de uma simples projeção de minha personalidade esse sentimento de crença no Brasil e no seu futuro. Nem o é também, uma tentativa de desvio de natureza psicológica diante de dificuldades. Mas a expressão de que temos tudo para superar os problemas atuais e até os futuros.

De uma entrevista a O Globo (RJ), em 22 de janeiro de 1977.

Um grande país não se constrói com hesitações, e nem as circunstâncias difíceis — por mais difíceis que sejam — podem servir de pretexto para acomodações ou temores irracionais de crise, filhas de distorcidas avaliações geradas pelo esquecimento de que continuamos caminhando rumo a um destino de riqueza econômica e prosperidade social.

É preciso que eventuais dificuldades não sejam transformadas em drama inevitável, nem suscitem explorações incompatíveis com o irrefutável clima de normalidade nos negócios em que vive o País.

De um artigo publicado na Gazeta Mercantil, em 16 de agosto de 1978.



Não se pode continuar olhando o Brasil do ponto de vista do petróleo e pensar em continuar limitando o seu crescimento com base nesse enfoque. Reafirmo que o Brasil está condenado ao progresso e a continuar crescendo. O país tem capacidade de crescer e não pode ficar se orientando indefinidamente por critérios transitórios. Precisamos continuar crescendo a taxas elevadas, para gerar os empregos de que milhões de brasileiros precisam.

De uma entrevista a O Globo (RJ), em 27 de novembro de 1978.



O medo e a hesitação jamais construíram nação alguma, e certamente não construirão o Brasil.

O caminho, em face dessa revolução de esperanças e de anseios crescentes por que estamos passando, é continuar transformando o natural entusiasmo de nossa população, predominantemente jovem, em energia criadora, e unir essa energia com a experiência que a História nos deixou.

Somente assim, inspirados nos objetivos nacionais permanentes, estes consubstanciados no fortalecimento do poder nacional, formulador e implementador do grande projeto do Brasil potência, poderemos moldar nosso futuro de fundamentação doutrinária e política próprias, ajustada à realidade cultural e sociológica do povo brasileiro.

De um artigo para o jornal Última Hora (RJ), em 14 de outubro de 1980.



Costumo definir o Brasil como um atleta de corridas de fundo, um espécime raro de atleta, que intercala as provas com aceleradas e pausas, mas sem jamais perder o fôlego congênito. O admirável nesse atleta é a sua constância, apesar das aparentes decaídas. Trace-se uma linha imaginária na evolução econômica brasileira e ver-se-á que, apesar dos desvios, o conjunto avança, os êxitos se sucedem.

O Brasil, na verdade, vive uma crise saudável. Atravessa um daqueles estágios históricos nos quais a aparente incerteza e a sensação de debilidade nada mais são do que prenúncios de agigantamento. Glosa-se, com freqüência, a expressão "país do futuro". Pois bem, este é o nosso maior capital. O futuro, a esperança, símbolos escassos, hoje, ao derredor do mundo, continuam em nossas entranhas, em permanente latejo, como a nos avisar do determinismo que preside a nossa existência.

É evidente que precisamos mudar; igualmente óbvio é que as mudanças no retrato social do Brasil ocorrerão de algum jeito. Cabe-nos fazer, desde já, a opção: mudar pelo caminho do consenso, da convicção, da harmonia, de maneira a isolar tanto os pregadores da violência como instrumento de transformação social quanto os reacionários. Também tão perigosos como os incendiários, numa perspectiva histórica.

O que e como fazer para alcançarmos a maturidade social, pré-requisito da viabilidade orgânica de uma nação? Antes de mais nada, observando e aplicando o conceito de cidadania, no qual está implícita a dignidade econômica. Implícita e pairando acima de tudo. O que nos acontece, hoje? Um flagrante e quase cínico menosprezo aos valores dos cidadãos, o qual vai desde a incerteza da sobrevivência até a busca de leis e de princípios éticos que cabe preservar, a começar da elite nacional. É dessa elite, aliás, que deve partir o conjunto de iniciativas capazes de reorientar a caminhada do País, hoje acometida de uma certa crise de identidade: prega-se o capitalismo, mas se recorre com freqüência ao governo; exorciza-se o demônio da estatização e o socialismo, mas se

esquece de assegurar a mínima proteção às grandes massas, deixando-as cada vez mais expostas à influência mística dos radicais, sempre prontos a prometerem os céus.

De um artigo para o Estado de S. Paulo, em 17 de julho de 1982.



O Brasil é uma nação radicalmente incompatibilizada com o pessimismo. Reconhece, sim, com realismo, os seus problemas.

Mas está longe de considerá-los como insolúveis. Prefere combatê-los pelo trabalho e pela manutenção de uma justificada esperança.

De um discurso em Aracaju (SE), como presidente em exercício da Confederação Nacional da Indústria, em 21 de outubro de 1982.

A União das Américas

Nossos países, Canadá e Brasil, estão integrados numa comunidade de povos com características marcantes, entre as quais sobressai a crença em princípios político-filosóficos que se inspiram e se fundamentam na liberdade. Examinando-se a geografia mundial, se constatará que são três Américas, hoje, a mais vasta e uma das mais populosas regiões do mundo a apresentar uma uniformidade de crenças e valores democráticos, a despeito de situações conjunturais e transitórias.

Esse embasamento histórico propicia as condições mínimas para projetos de integração no campo econômico, dificilmente implementáveis sem uma proposta de identificação política comum.

O Canadá tem um papel importante a desempenhar nas aspirações por um hemisfério americano forte e unido. País de longa tradição de liberdade, vem o Canadá assegurando uma crescente participação das nações em desenvolvimento no seu crescimento econômico, pela via de uma política liberal na área do comércio.

Exemplos como o do Canadá nos animam a alimentar o sonho de programas econômicos convergentes para as três Américas, embrião de um mercado comum que, se hoje parece um sonho, deve sempre estar presente nas nossas cogitações, como cidadãos e como empresários.

De uma palestra na Câmara de Comércio Brasil-Canadá, em 19 de março de 1979.

Em nenhuma outra parte do mundo, acreditamos, se oferece tão vasto quanto promissor campo para a atividade empresarial como neste continente. As guerras não abalam nossos países, as inevitáveis controvérsias em geral são pacificamente solucionadas, a ação terrorista e as convulsões nacionais não encontram ambientes propícios para enraizar-se. Nossos povos estão empenhados no progresso social pela via da concórdia e no desenvolvimento pelo livre esforço.

Cabe aos empresários, diante deste panorama, uma atitude positivamente agressiva, o exercício da iniciativa, a proposta do empreendimento. Cabe aos empresários, em meio a este incomparável clima sócio-político, multiplicar ações cooperativas, gerando produção, multiplicando empregos, criando riquezas. Cabe aos empresários, dentro ou fora de esquemas oficialmente estabelecidos para a integração econômica, implementar efetivamente essa integração, que é uma das mais legítimas aspirações dos povos americanos.

De um discurso no Fórum das Américas, em 25 de outubro de 1980.



A idéia de criação do Fórum das Américas inscreve-se entre as tentativas que, espero, emularão os crentes numa união pan-americana. No Seminário marcado para junho próximo, em

São Paulo, reviveremos grande parte de aspirações antigas, certamente serão formuladas proposições novas, e seguramente todos nós, das três Américas, sairemos convencidos da necessidade de uma reaproximação vigorosa entre nossos povos e nossos países.

De um discurso no Fórum das Américas, em 16 de setembro de 1981.

Os Trabalhadores

Os trabalhadores precisam conscientizar-se de que, na estrutura econômica, representam, ao mesmo tempo, o papel de produtores e consumidores. Ao gerarem pressões excepcionais no campo salarial, tendem a absorver as consequências dessas pressões.

De uma entrevista ao Jornal da Tarde (SP), em 19 de novembro de 1978.



Todos reconhecemos a importância dos sindicatos, de trabalhadores e de empregadores, na consolidação da vida política das nações. O Brasil foge à regra: são realmente representativos dos anseios de seus membros, dotados de poder de negociação capaz de produzir o equilíbrio exigido pela vida democrática.

É inaceitável, porém, que qualquer deles, de empregados ou de empresários, pratique políticas corporativistas, onde se escondem ambições personalistas ou ideológicas muito próximas dos discursos totalitários que ambicionam a subjugação de toda a sociedade a grupos isolados.

O Brasil, o povo brasileiro — estou seguro — rejeita a ditadura sindicalista, da mesma forma como repele qualquer pretensão de controle e domínio da sociedade.

Um conluio de empresários para fixar níveis de preços ou padrões de produtos ou para desacatar e afrontar a lei seria inadmissível para a sociedade brasileira.

Movimentos de paralisação do trabalho, irradiados sob inspiração política e ainda mais reforçados pelo achincalhe da lei e dos juízes, também configuram situações insuportáveis para nós, defensores da liberdade, amantes da democracia.

Ambos são condenáveis, e no atual momento brasileiro representariam uma deplorável contribuição ao retrocesso político, que a ninguém interessa, principalmente aos trabalhadores.

De uma palestra na Câmara de Comércio Brasil-Canadá, em 19 de março de 1979.

A Democracia

O exercício dos negócios identifica-se estreitamente com os postulados definidores da democracia no plano político-social. Claro, a democracia não constitui apenas a manifestação da liberdade em si, mas a utilização plena e integral da inteligência e do esforço coletivo.

De um discurso no Rotary Club de São Paulo-Oeste, em 6 de maio de 1975.



Considero um dever de todos combater as tentativas de prejudicar a abertura política. A radicalização, seja em áreas governamentais, seja no âmbito do universo político, constitui um empecilho ao processo de institucionalização brasileiro.

De uma entrevista ao jornal Zero Hora (RS), em 17 de agosto de 1978.



A criação de novos partidos políticos, num futuro próximo, representará uma redistribuição do poder político. Para

o empresariado estará reservado um novo tipo de **approach**. Os novos partidos terão mais instrumentos políticos do que econômicos, razão pela qual o empresariado, se quiser fazer-se ouvir, terá de se situar diante dessa nova realidade que se aproxima. O empresário deve entender que a reformulação partidária implicará a tomada de decisões baseadas nos votos.

De uma entrevista a O Estado de S. Paulo, em 22 de agosto de 1978.



De um modo geral, a classe empresarial tem-se manifestado junto ao governo pelo diálogo direto. Há uma participação crescente das entidades de classe. Mas é preciso compreender o que significará a reformulação partidária e a alteração que ela naturalmente introduzirá nas relações entre os empresários e o poder. Não serão suficientes apenas os números e os estudos de viabilidade. O número de votos de quem decide terá um peso relativamente maior. Por isso mesmo, é importante que o empresário se conscientize de que a questão política é e será vital para o próprio desenvolvimento econômico do País.

De uma entrevista à Folha de S. Paulo, em 28 de agosto de 1978.

A assim chamada abertura política nada tem, pois, de tão perigoso que nos possa assustar, a não ser na justa medida em que não saibamos interpretá-la e implementá-la como instrumento da continuidade de nossa existência, como povo e como Nação.

De uma palestra no Rotary Club de São Paulo-Centro, em 10 de novembro de 1978.



O Brasil está às vésperas da normalização institucional. Talvez seja o caso de antes de reiterarmos nossas convicções democráticas, de renovarmos nossa crença na liberdade como instrumento político, de pleitearmos modelos, próprios ou copiados, de reivindicarmos prioridades — antes de mais nada talvez seja o caso de reafirmarmos nossa crença inabalável na iniciativa privada. E ao fazê-lo, deixar claro que nossa opção não é feita por motivos de egoísmo de grupo, de solidariedade em face de interesses específicos e próprios.

A opção, a escolha indicada, se fundamenta na honesta convicção de que este é o melhor caminho, pautado por razões de um compromisso formulado em nome do povo, e que

envolve justiça social e prosperidade econômica. Para o povo e para a Nação.

De um artigo publicado em O Estado de S. Paulo, em 31 de dezembro de 1978.



É incontestável a vocação de liberdade do nosso povo, provada e comprovada ao longo da História. Devemos, pois, trabalhar pelo aperfeiçoamento das conquistas políticas que agora emergem, dando à sociedade brasileira meios e instrumentos para o exercício democrático de respeito aos direitos coletivos, sem prevalência de agrupamentos isolados.

A condição de empresários aumenta nossas responsabilidades, que têm a justa proporção dos deveres que a nós reserva a atividade produtiva. Não podemos, assim, nos omitir. Ao contrário, impõe-se o dever de participar, fazer uso de nossa experiência, aplicar nossos conhecimentos no sentido do aprimoramento sempre maior das instituições políticas.

Nesse contexto, constitui também uma obrigação a luta contra a demagogia, os personalismos, a insensibilidade. Para que alcancemos êxito na tarefa de aplicar e viver uma democracia plena, é essencial o respeito ao primado da lei, o acatamento às decisões emanadas do Poder Judiciário, a quem devemos confiar o arbitramento das demandas de interesse que existem nas sociedades.

Este me parece o melhor caminho — o único socialmente justo, e o mais eficaz, politicamente —, para consolidarmos as aspirações democráticas gerais. Se a lei é desacatada, fica aberta a trilha para a anarquia, para o insurgimento de grupos, para a irresponsabilidade do poder, em todos os níveis.

De uma palestra na Câmara de Comércio Brasil-Canadá, em 19 de março de 1979.



Democracia e desenvolvimento são fatores somente alcançáveis numa sociedade cuja estrutura produtiva repouse na capacidade empreendedora dos indivíduos, nos sonhos de cada um, no impulso realizador de seus cidadãos.

De um artigo para o Estado de S. Paulo, em 23 de agosto de 1980.



O sistema político democrático é o melhor porque implica responsabilidades mais do que em outro qualquer. Num regime centralizado, ninguém erra ou o pressuposto do erro fica reduzido a uma escala tão mínima de identificação que o resultado final é a falsa sensação de que não houve erro algum. Se punidos houver, poucos o saberão, o que gera, no mínimo, uma expectativa de impunidade afrontosa a um dos fatores básicos das sociedades democráticas: o da aplicação da Justiça.

De um artigo para O Estado de S. Paulo, em 17 de julho de 1982.

A Geração de Tecnologia

Para o equilíbrio em matéria tecnológica, impõe-se ampliar a formação de recursos humanos. É inadiável educar o homem, instruí-lo, assegurar-lhe uma estrutura de conhecimento para absorver, em primeira etapa, o que já se criou e se encontra em oferta no mercado internacional. Isto é válido para o Brasil e para outras nações, que estão esperando e precisando de soluções desta natureza.

Trata-se de uma posição realista, avaliada na sua exata comparação e na necessária distinção entre o poder ser e o querer ser. No caso brasileiro, torna-se imprescindível investir em pessoal e em tecnologia. Os resultados das inversões que vierem a ser feitas reverterão em benefícios para todos os parceiros envolvidos.

De um discurso no I Seminário Internacional sobre Investimentos no Brasil, em Salzburgo, em 26 de maio de 1975.



A característica marcante de uma sociedade moderna é a aplicação sistemática, regular e progressiva da ciência e da tecnologia à produção de bens e serviços, ou seja, uma economia moderna caracteriza-se por ter um fluxo mais ou menos regular de inovação tecnológica.

De uma palestra no I Encontro Nacional da Indústria Mecânica, em Belo Horizonte (MG), em 26 de agosto de 1976.

A preocupação com tecnologia deve estar na base da gestão de pequenas e médias empresas quanto de grandes corporações. Sem tecnologia, as primeiras padecem ou falecem; as segundas, ou estagnam ou atrofiam.

Ao estimular de forma sistematizada a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico no âmbito de grandes empresas, o governo estará favorecendo, automaticamente, as pequenas e médias companhias, pelas naturais imbricações do processo. O estímulo isolado a estas parece mais difícil, em função do reduzido horizonte operacional de que dispõem, e de sua própria envergadura financeira. A prioridade conferida significaria, assim, muito mais uma opção inevitável do que uma discriminação.

O papel do segmento de pequenas e médias empresas no contexto tecnológico é imprescindível, por sua natureza complementar ao funcionamento dos setores geradores de tecnologia de ponta. Estes setores não podem e nem têm interesse em prescindir delas, porque dependentes do suprimento de peças, partes ou componentes vitais na fabricação do produto final. Estabelece-se, dessa maneira, a relação de causa e efeito que assegura a irradiação para baixo, ou seja, no sentido das pequenas companhias, das conquistas alcançadas por corporações de grande porte. Há exemplos clássicos sobre o tema: os contratos firmados entre a NASA e fortes complexos aeroespaciais, sob encomenda e por delegação do governo norte-americano, e que terminam se disseminando por milhares de fornecedores.

De um artigo para a Gazeta Mercantil (SP), em 20 de março de 1978.

A Iniciativa Privada

Não concordo quando se diz que o mundo caminha para o socialismo. No caso brasileiro, pelo menos, a afirmativa padece rigor crítico, seja quanto ao momento, seja quanto à perspectiva histórica. Erradicar a miséria e o analfabetismo, gerar riquezas e promover o bem-estar não são tarefas exclusivas do socialismo. Nós somos mais que capazes de fazê-las. Com a vantagem de fazê-las sob um clima de respeito humano e de liberdade.

A opção do Brasil pela livre iniciativa e pela democracia não me parece coisa gratuita, obra de uns poucos em detrimento da maioria. Herdamos, é verdade, um legado de pouca sensibilidade social, projetado no tempo pelos rigores da Revolução Industrial, mas estamos sabendo dele descartar-nos. E, nessa matéria, vamos avançar mais ainda, tenho certeza.

De uma entrevista à Folha de S. Paulo, em 17 de novembro de 1977.



A iniciativa privada brasileira ressen-te-se de uma doutrina capaz de orientar-lhe a ação prática, e que se estenda no tempo como um guia permanente de posturas, atitudes e decisões, adaptável às mutações históricas, atento às novas realidades emergentes, sobretudo as de natureza social.

Essa ausência de teoria tem levado, inexplicavelmente, a um excesso de teorias em torno da presença e da participação do empresariado no cenário político-institucional do País. Pode parecer absurdo, mas a verdade é que até hoje nenhuma das explicações dos estudos, das teses e doutoramentos acerca da atuação empresarial no panorama político, especialmente a partir de 1964, guarda consistência com a verdade dos fatos. Fala-se, por exemplo, de uma pretensa aliança tecnoburocrático-militar e empresarial com aspirações hegemônicas sobre a sociedade, agindo de acordo com planos estratégicos.

No que me concerne, desconheço a existência de tais planos. Ao contrário, constato, a cada dia, a ocorrência de omissões, de atos falhos, de intervenções tumultuadas, que desmentem a eficácia de tal pacto político-ideológico.

As nossas omissões estão caracterizadas em uma série de episódios, em torno dos quais não cabem reclamações contra o Estado. Examinemos a área de educação e de formação e treinamento de mão-de-obra. Em que pese o formidável esforço de instituições patronais, o Brasil ainda se ressentia de uma colaboração mais efetiva do empresariado privado nessa matéria. Creio haver chegado a hora de oferecermos ao governo estudos aprofundados sobre a estrutura do mercado de trabalho, de maneira a conciliar os programas governamentais com as exigências da sociedade.

Sem essa cooperação, resultam inadequados os dispêndios oficiais, por atenderem a apelos de ensino massificado, em vez de se ajustarem à demanda da indústria, do comércio, da agricultura e do setor de serviços.

A consequência natural desse descompasso são insatisfações brotadas justamente no núcleo politicamente mais ativo da sociedade, a juventude, que se torna herdeira da desesperança.

Nesses episódios, como em outros, torna-se fácil atribuir a culpa ao governo. Fácil e mais cômodo, despertando nos segmentos sociais uma atitude de descrença, não apenas no governo, mas no sistema global.

O exemplo mencionado da educação pode ser estendido a outros campos, caracterizando erros da iniciativa privada perfeitamente evitáveis. Certas decisões oficiais pautam-se por informações fornecidas pelos empresários, cujo legítimo interesse pela resolução deste ou daquele problema não cabe pôr em dúvida. No entanto, o governo tem errado por guiar-se pelas informações fornecidas, ao não refletirem estas a verdade dos fatos, mas apenas, em alguns casos, interesses específicos e setoriais.

De uma palestra na Federação do Comércio de São Paulo, em 31 de outubro de 1978.



Como explicar a instabilidade política da América Latina, em algumas áreas até com frequência endêmica, senão pela ausência de um empresariado forte, consciente de seu papel aperfeiçoador na sociedade? Mesmo que se considere as variáveis de cunho histórico nas pendências latinas, não há como negar que as desestabilizações dos sistemas políticos registram-se em nações de estrutura econômica debilitada pela excessiva presença do poder do Estado em foros de decisões normalmente atribuíveis a seus cidadãos.

Por essas e outras razões considero desanimadoras as dúvidas levantadas quanto à iniciativa privada na fixação das diretrizes político-institucionais da República. Não se trata da implantação de um modelo de absoluta prevalência do capital particular, incorporador por si só de direitos e privilégios limitados. Essa pretensão me cheira algo a saudosismo, de um **laissez-faire**, não apenas incompatível com a evolução dos povos e nações como também particularmente irrealista em face das demandas sociais dirigidas ao Estado, e que ao Estado incumbe coordená-las visando ao seu atendimento.

O sistema de economia de mercado nada tem de fantasioso, como se apregoa, nem está esgotado no Brasil como se difunde. A árvore permanece potencialmente frondosa... Inexiste ainda fundamentação histórica para negar-lhe capacidade de bem encaminhar a chamada questão social, aqui entendida como o anseio legítimo por uma melhor distribuição de renda e desfrute de oportunidades. Acolher tal pensamento é desconhecer uma regra elementar do sistema: a de ampliar ao máximo possível o acesso aos frutos do crescimento econômico, como requisito de garantia de sua manutenção.

Ou será que alguém alimenta esperanças (ou ilusões) quanto à solidez de um sistema, fundado na consagração das desigualdades? Equivaleria, no mínimo, a ignorar o dinamismo das forças sociais; a duvidar da capacidade intrínseca da economia de mercado de se auto-renovar, menos em função de sua perpetuação, numa atitude de autodefesa, do que da necessidade de superar problemas, obstáculos e exigências que sua própria atuação gera ao longo do processo.

De um artigo publicado em O Estado de S. Paulo, em 31 de dezembro de 1978.

Se você pegar o decreto do presidente instituindo o programa de desestatização, há uma definição clara de que o setor privado tem de ser a mola propulsora do desenvolvimento. Acho que, hoje, o Estado-empresário já fez a grande parte que lhe tocava: comunicações, petroquímica, energia. Este consenso está chegando porque hoje ninguém, nenhum partido político, vai chegar e dizer que temos de estatizar mais, porque já está todo mundo cheio do Estado. O Estado interfere em seu filho, em seu neto, em sua carteira de identidade, em tudo o que se faz. Existe este consenso.

De uma entrevista a O Globo (RJ), em 29 de março de 1982.

A Esquerda e a Direita

No Brasil, infelizmente, as disputas ideológicas ainda orientam o pensamento político de amplas correntes, que se revelam, para espanto meu, insensíveis às mudanças nos centros de decisão onde, de modo geral, vão buscar luzes para sua atuação no quadro político interno.

Sei o quanto é duro nascer e viver sob a tutela de influências intelectuais externas. Enfim, sobrou para nós uma pesada herança da guerra fria... O que surpreende, porém, na esquerda, é o atavismo, embutido num pretensão ideal exclusivista de promover a riqueza e disseminar a prosperidade; e, na direita, o apego ao imobilismo político, que, ao mesclar-se ao do dogmatismo econômico, resulta uma concepção social alheia ao mundo, às coisas, às transformações que a própria existência dos indivíduos gera a cada instante.

O pensamento ideológico de esquerda não é mau em si, enquanto, em tese, incorpora valores tão caros ao homem e à sociedade. O que estraga é a sua incompetência, aqui considerada como inviabilidade prática, tamanha a distância que o separa da realidade.

Quanto à direita, há algo de anacrônico, em algumas de suas manifestações, e de medieval, em outras de suas intenções. Aspirar a que as forças sociais deixem de deliberar e participar do processo político, por exemplo, equivale a querer parar o tempo, ou, pior ainda, fazê-lo recuar.

De um artigo para a Folha de S. Paulo, em 16 de maio de 1976.

A Dívida Externa

Deixem-me falar um pouco sobre a dívida externa, que, aparentemente, tem tirado o sono de alguns brasileiros, e, de fato, constituído tema de discursos, catilinárias, manifestos, panfletos e chamamentos à Nação.

A vida tem-nos mostrado dois tipos básicos de devedor: o compulsivo, que se endivida por ação incontrollável do desejo de gastar, e o programado, que levanta recursos financeiros em função de planos e projetos. O modelo, creio, serve para indivíduos, empresas e nações. No caso do Brasil, fala-se muito do volume (realmente alto) da dívida, mas pouco se menciona o que foi, é e está sendo feito com esse dinheiro. A impressão que fica ao se lerem as folhas, é que toda essa fortuna chegou aqui, foi malbaratada, distribuída e, num passe de mágica, sumiu, ficando para o País o dever de honrar a promissória.

Esquece-se, por exemplo, que boa parte do sistema de telecomunicações brasileiro, hoje entre os melhores do mundo, foi implantado com recursos captados no exterior. Poucos lembram ainda que a Petrobrás precisa de dinheiro grosso para prosseguir pesquisando petróleo, e que estamos construindo Itaipu, que sozinha, nos vai custar US\$ 11/12 bilhões.

Houve desperdício, por certo, mas numa proporção que não invalida a tentativa de suplementar a poupança interna com recursos externos. Como dizem os poetas e os filósofos nada é

irreversível, senão a morte. Podemos, com bom senso e união, rever algumas prioridades estabelecidas antes, ajustando-as ao quadro de necessidades atuais. Por exemplo: o programa nuclear pode ser desacelerado, o que nos poupará divisas; poder-se-ia adiar a construção de outras obras, a começar das famosas sedes próprias das estatais, e disciplinar, sem recursos, o acesso de empresas públicas no mercado de dinheiro internacional.

Um país com o tamanho do Brasil, com o que já conquistou tecnológica e industrialmente, com os recursos naturais e a riqueza de materiais estratégicos de que dispomos, nada tem a temer, a não ser o complexo de inferioridade que, vez por outra, se apossa do espírito de alguns brasileiros.

De um artigo para a Folha de S. Paulo, em 31 de dezembro de 1981.

Anexos

Projeto Rondon

Muito agradecido pela presença de todos os senhores.

Creiam que ela representa um generoso estímulo para o eficaz cumprimento da missão que me foi confiada. Espero em Deus poder desempenhá-la com êxito.

Ao assumir, pela primeira vez em termos formais, o dever da dedicação a um compromisso público diante da nação, devo confessar a humildade de meu espírito. Venho para aprender e para servir — cidadão participante que sou. E sob essa expectativa acho que o Projeto Rondon pode transformar-se em valioso instrumento, gerando elementos de estudos, pesquisas, investigações e debates que possam se corporificar, mais tarde, em uma escola de realidade nacional — institucionalizada, de atuação permanente para e com os universitários.

Não pretendemos incorrer no erro da pressa de formular, desde já, a programação a ser seguida durante nossa gestão à frente da Fundação Projeto Rondon. Isto requer um planejamento meticuloso, uma avaliação judiciosa e apurada, que o tempo ainda não permitiu efetivar.

No entanto, ao lado da certeza, que ora reafirmo, da manutenção da filosofia básica do Projeto — a da busca da integração e da unidade nacional —, já nos é possível antecipar alguns objetivos e princípios de ação:

- a) A Amazônia continuará a merecer nossa dedicação, as-

sim como outras regiões do mais longínquo interior do território brasileiro;

b) O trabalho junto às comunidades dos grandes centros urbanos vai ser intensificado;

c) As críticas e sugestões voltadas para o aperfeiçoamento do Projeto, desde que compatíveis com sua filosofia, nós as receberemos sempre procurando dar-lhes destinação efetiva;

d) O trabalho voluntário será aceito de bom grado. Assim, a experiência do universitário que vai à área de atuação do Projeto continuará como importante elemento de avaliação das operações;

e) A Fundação está ciente das origens do Projeto Rondon. Desse modo, a paternidade do Projeto, que coube às universidades, será respeitada. Delegando-se maior número possível de iniciativas a seus integrantes;

f) Procuraremos aproveitar a experiência oriunda da Universidade e que se ajuste à filosofia do Projeto, visando a sua aplicação em trabalhos e realizações do Rondon;

g) A Fundação continuará fiel a um de seus pressupostos centrais: não vai operar com finalidades executivas para solução de problemas de natureza infra-estrutural. Procurará o seu equacionamento e colaborará nos programas assistenciais e de serviço, mas deixará sempre a resolução final a cargo das comunidades onde atuar;

h) A infalibilidade não nos comove nem tenta. A honesti-

dade e a intenção de sempre acertar constituirão, todavia, uma obsessão.

Minhas senhoras e meus senhores, permitam-me que renove minha fé nos universitários brasileiros.

Compreendo suas inquietações e, por vezes, as faço minhas também; compartilho sua ansiedade, que, não raro, me toca diante do desejo de a tudo solucionar, de vez e prontamente. Também estive entre eles, tendo, pois, exata noção de sua ânsia de participar. E foi graças a esse idealismo que envolve parcelas significativas da juventude universitária, que pude manter até aqui, com determinação e coerência, a opção de viver e sentir a realidade nacional.

Hoje, como empresário imbuído de igual sentimento de participação, tenho procurado conservar inalterada a conduta forjada na vida universitária. Sei o quanto difíceis são as soluções globais e imediatas, como muitos deles, com justiça, pleiteiam. Soluções capazes de, a um só tempo, atender a nossos anseios próprios, e de se compatibilizarem com os meios e recursos, prazos e condições, colocados à disposição dos dirigentes.

Eis aí o repto fundamental a quem quer que deseje participar da grande mobilização que o País está a exigir: o de encontrarmos fórmulas eficazes para conciliar as atuais exigências materiais, morais e espirituais da nação, com as dificuldades e obstáculos que emergem a cada dia.

Somos uma nação no limiar da grandeza. Mas, em momento algum devemos esquecer nossos compromissos em face da pobreza, da má alimentação, da saúde precária, do analfabetismo, da insuficiência e desigual distribuição de renda que ainda afligem a milhões de brasileiros.

São desafios de magnitude, e que valem, de maneira especial, para os universitários — agentes diretos do processo decisório nacional que se seguirá ao que o atual quadro de dirigentes foi chamado a conduzir. Estou certo de que, no curso das duas etapas, ou seja, no ponto de confluência em que se encontrarão os atuais e os futuros dirigentes, haverá um outro obstáculo: o de como extrair da realidade brasileira o conteúdo doutrinário capaz de encaminhar a nação a rumos adequados, diante das incertezas que a nova era — já a caminho — vai provocar.

Nessa busca, há que se proceder dentro da exata perspectiva histórica do País; com integral respeito à multiformidade da civilização que incorporamos; há que se proceder, enfim, com a assimilação do dinamismo gerado pelo contexto mundial em vigência, mas resguardando, com afinco e zelo, a continuidade dos valores que herdamos.

Trata-se de questões profundas e de difícil encaminhamento.

Antes de mais nada, o futuro almejado se mostrará ineficaz e inadequado se esquecermos a dialética na nacionalidade, que responde pela nossa singular e única caracterização como povo — cioso de suas tradições, hábitos, unidade lingüística e de outras conquistas. Assim, como imposição desse próprio comportamento, os questionamentos e as proposições em torno do processo da vida nacional terão de se movimentar no círculo específico dos valores nacionais. Isto é, inspirando-se nos elementos e coisas brasileiras e voltadas para os objetivos permanentes do País.

Por isso mesmo, a expectativa ou a insuflação ao ódio, à discórdia e à destruição, em geral embutidas em impulsos de mera conquista do poder, representa um grande empecilho para

que asseguremos a normalidade requerida para a viabilização do futuro nacional.

O Brasil tem pela frente a rara oportunidade de construir uma sociedade sem igual. À parte os comparativos com situações vividas hoje pelos diferentes países, o fundo histórico dessa premissa assegura estímulos suficientes para nos concentrarmos na gigantesca tarefa de construção do País. Cabe-nos a todos pois: aos estudantes, empresários, trabalhadores, dirigentes governamentais — o dever intransferível e inadiável de explorar, com racionalidade e pragmatismo inovador e renovador, as vantagens relativas que se nos oferecem, presentemente.

Temos uma herança pesada — é verdade; cheia de aspirações, ansiedades e angústias, vividas, em grau ainda mais acentuado, nos dias que correm. Acredito, no entanto, que seremos capazes de superá-las.

Para isso, é preciso que cada qual de nós se convença da importância da nossa participação, sabendo identificar, os erros mas, com igual ímpeto, assumindo a responsabilidade de formulação de alternativas adequadas; definindo metas e objetivos, mas tendo bem em conta os instrumentos disponíveis para efetivá-las; pleiteando benefícios, mas dispostos a co-dividir os sacrifícios.

Não conheço nação que se tenha erguido com o alheamento de seus cidadãos aos problemas, emergentes ou acumulados, que lhe comprometem a existência digna e justa.

No caso particular do Brasil, esse alheamento assumiria conotações ainda mais decepcionantes, ungidos que fomos, pela ação da História para edificar uma obra humana e social que jus-

tifique nossa destinação de grandeza, e alcance as gerações futuras como um legado de que possam se orgulhar.

Discurso de posse na presidência da Fundação Projeto Rondon, em 20 de abril de 1976.

Fórum das Américas

Senhor Vice-Presidente da República:

As Américas reclamam uma revolução.

Uma revolução democrática, em sua inspiração e fundamentação políticas.

Uma revolução justa, em seus objetivos sociais.

Uma revolução das oportunidades, em suas metas econômicas.

Mais que um sonho, promover esta revolução constitui um compromisso com os povos pan-americanos.

Este Congresso se apresenta como uma boa ocasião para refletirmos sobre nossos deveres e responsabilidades em face do futuro das Américas.

Para os governos, é o momento de nos falar, franca e conscientemente, de suas intenções e de seus propósitos.

Para os empresários, é o cenário adequado para dizer o que pensam em torno das atividades produtivas, sob a ótica do mundo atual e da inevitável evolução das idéias.

Creio que a guiar a todos nós nessa ambiciosa tarefa deve sobressair o primado da liberdade, fator que justifica a nossa

presença aqui. Nunca é demais lembrar que a tradição de liberdade das Américas é um dom de Deus, e cabe a nós preservá-lo, a qualquer custo.

Senhor chanceler Ramiro Saraiva Guerreiro:

No mundo atual, cresce a cada dia o papel dos agentes econômicos. Amplia-se o raio de suas decisões sobre a sociedade, mas sem a equilibrada contrapartida em benefícios e vantagens para essa mesma sociedade. É preciso deixar claro que a razão dessa deficiência não está no sistema que praticamos, mas talvez em cada um de nós se encontre.

Por isso, a troca de idéias, o debate e até mesmo as controvérsias, exercidas num contexto aberto e democrático, se fazem necessárias.

Esse é talvez o nosso maior desafio: o de mostrar e provar aos povos de que somos capazes de incentivar justas ambições, satisfazer desejos, amar e respeitar os homens, zelar por seus direitos como cidadãos e como ser cultural e espiritual.

Senhores ministros de Estado:

Senhor Secretário Geral da OEA:

As nações que compõem o continente americano apresentam o mérito de sempre procurarem a união, mesmo diante das diferenças que nos fazem distintos uns dos outros.

Distintos, sim, mas não separados. O testemunho que vossa excelência pode dar constitui um exemplo de que as disputas no continente jamais chegam ao questionamento dos fundamentos básicos da vida das nações-irmãs. Prova disso é que estamos aqui reunidos — países industrializados, nações ainda pobres, países em acelerado desenvolvimento.

Uma questão central, porém, aparece no horizonte, refletindo a nossa capacidade de nos unir em torno de uma bandeira comum, e levar adiante nossos projetos de construção de um continente unido e próspero.

Senhores empresários:

Fala-se sempre, e com insistência, do fracasso da livre iniciativa na produção do bem-estar dos nossos povos. Aponta-se a livre iniciativa como fonte dos males sociais e malogros econômicos que ainda afligem a vida das nações americanas.

A grande verdade, porém, é que o sistema de liberdade e de economia de mercado, em todos os países onde foi implantado, proporcionou a seus povos os mais altos níveis da civilização e de bem-estar que o mundo já conheceu. Só não conheceram a plenitude do desenvolvimento os países em que a liberdade de iniciativa não prevalecem efetivamente.

Isto tudo quer dizer que estamos longe ainda dos êxitos que a liberdade geral e, particularmente, a liberdade econômica podem proporcionar aos povos, incentivando sua criatividade, premiando seus esforços, liberando sua energia para a obra de transformação social e econômica que almejamos.

A união desses fatores intrínsecos à natureza humana responde pelos avanços que conseguimos até aqui, e seguramente é o grande avalizador daquilo que conseguimos no futuro.

É a construção de um continente americano forte e próspero que o mundo espera de nós, e que os nossos povos estão a cobrar de nós.

Se nem tudo depende de nós, empresários, também é verdadeiro que muita coisa se situa no exato limite entre o nosso engajamento e a nossa inércia. Do nosso engajamento resultará o bem-estar; da nossa acomodação, resultará o espectro de caos, sempre a agitar nossas nações.

Do nosso engajamento vão brotar energias indormidas, isentas de autocomiseração e desejosas tão apenas da oportunidade de edificar.

Da nossa acomodação, podem emergir os fantasmas da fome e do desemprego, da insatisfação urbana e da desesperança rural, ingredientes fatais das falsas revoluções.

A verdadeira revolução social e econômica no continente ainda está por fazer, e é nossa obrigação promovê-la em seu sentido positivo. Uma revolução que, equidistante de Adam Smith e de Marx, que altere as condições sociais, preservando a individualidade: que transforme a estrutura política, mantendo o direito da discórdia e do livre debate.

Fico agradecido por suas presenças a este Congresso. Deixo também registrada a expectativa geral quanto à importância do trabalho que irão desenvolver nestes três dias de reunião. Certamente que daqui não sairão resoluções definitivas, nem fórmulas milagrosas.

Deste Congresso, porém — estou seguro — resultará um solene compromisso comum de tudo fazermos para que as Américas correspondam a um mínimo do ideal de justiça, prosperidade, liberdade, felicidade e integração, que seus construtores sempre proclamaram e por ele lutaram, desde os primórdios da formação do continente.

Povos americanos:

Nós estamos no limiar do amadurecimento, como povos que aspiram ao progresso, e como nações cientes de seu futuro.

Somos um continente em permanente renovação política, social e econômica. Temos problemas, ainda, mas muito maior é o nosso potencial para resolvê-los.

Esse potencial é constituído por gente a cada dia melhor preparada para gerir o seu destino, para melhor uso fazer de suas matérias-primas, para moldar à sua maneira os padrões culturais que herdamos.

Tudo isso assegura condições para que o diálogo Norte-Sul se processe, progressivamente, a um nível de respeito mútuo e de efetiva expectativa de benefício recíproco.

Estou seguro de que a década de 80 tende a consolidar a primavera de progresso e de liberdade a que os povos das três Américas sempre aspiraram.

Senhores:

O povo tudo pode. Vamos juntar nossas forças às forças do povo. É o caminho mais curto e mais seguro para a felicidade geral.

Discurso de abertura do primeiro simpósio do Fórum das Américas, em 11 de junho de 1979.

A Saída da Anfavea

Uma empresa é um organismo participativo. Assim, para fazer-se um bom empreendimento é necessário um trabalho conjunto. Se nós enfrentarmos uma recessão, não devemos despedir maciçamente empregados. Os empregados não são culpados. Por que deveriam eles sofrer as conseqüências?

Essa declaração reflete o pensamento do Sr. Aiko Morita, presidente e maior acionista da Sony Corporation, do Japão. Esse também é o meu pensamento, e se encontra na base da minha decisão de pedir demissão da diretoria da Volkswagen do Brasil, por não concordar com a política de dispensas de empregados.

Em decorrência, também me demito da presidência da Anfavea.

É conhecida por muitos a posição que sempre assumi no plano político-social. Desde os tempos de presidente do Centro Acadêmico 22 de Agosto, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, venho pugnando por uma sociedade mais justa, mediante uma atuação harmônica entre capital e trabalho.

Preocupam-me a unidade e a integração do Brasil. Integração físico-territorial, mas também a integração do organismo social, pressuposto do clima requerido para as realizações econômicas e até políticas.

Origina-se desse postulado ainda a minha posição contra os radicais e as diversas formas de radicalismo, com que se ten-

taram envolver os pleitos sindicais, dando-lhes conotações político-ideológicas e político-partidárias.

Da mesma forma como me opus a essa formação do papel dos trabalhadores no processo de construção nacional, idêntica atitude teria de manter em face de decisões do setor produtivo que ferissem aquele princípio filosófico empresarial.

Num regime de livre iniciativa, é um direito inalienável das empresas ajustarem seus quadros de pessoal às suas capacidades produtivas. Entendo, porém, que cabe a todos nós examinar e tentar outras alternativas que não representem prejuízos sociais generalizados. Os empregadores não podem também viver sob ameaças ou sofrer constrangimentos morais, apenas porque a conjuntura econômica favorece a outra parte.

Creio que essa recomendação é válida, sobretudo para as companhias de capital estrangeiro de grande porte. Está na hora de uma interação ainda maior dos capitais externos na sociedade brasileira, mediante uma mais estreita identificação com nossas aspirações.

Volto a defender, como sempre defendi, atitudes de compreensão dos capitais externos para com nossas dificuldades. Reitero, mais uma vez, a necessidade de uma participação mais solidária em face dos sérios problemas nacionais.

No quadro de relações interdependentes em que vive o mundo e em que a participação da economia brasileira se torna cada dia mais ativa, torna-se imprescindível não extrapolar eventuais e passageiras dificuldades.

Do contrário, os capitais externos não se mostrarão à altu-

ra da grande mobilização nacional para o futuro.

Mobilização contra a pobreza.

Mobilização contra o pessimismo.

Mobilização em favor de um país rico, próspero e justo.

Precisamos permanecer unidos — governo, trabalhadores, empresários — em torno de um ideal maior que é o Brasil e o seu povo.

Uma empresa é um organismo participativo. Assim, para fazer-se um bom empreendimento é necessário um trabalho conjunto. Se nós enfrentarmos uma recessão, não devemos despedir maciçamente empregados. Os empregados não são culpados. Por que deveriam eles sofrer as conseqüências?

Esse pensamento do Sr. Morita continuará sendo o meu pensamento.

Íntegra da nota publicada em 28 de abril de 1981.

Saudação a Delfim

Senhor ministro Antônio Delfim Netto:

Este é um momento de profunda reflexão, em todos os níveis de opinião.

Reflexão sobre os erros estocados no passado.

Reflexão sobre os desencontros do presente.

Reflexão em torno, sobretudo, das perspectivas que nos aguardam.

A presença de vossa excelência neste encontro constitui um elo adicional no necessário diálogo entre governo e sociedade.

Em situações desse tipo, senhor ministro, a franqueza e a sinceridade são pressupostos fundamentais para o êxito comum que todos nós perseguimos.

Franqueza e sinceridade que me levam a registrar, mais uma vez, a inquietação a respeito dos elevados índices da inflação brasileira.

As causas dessa inflação, câncer que nos corrói, são conhecidas de todos.

Impõe-se, agora, o caminho da firme resolução política, pela via da vontade política, de enfrentar esse elemento destruidor das sociedades democráticas.

O sentimento de inquietação de que falo está escudado nas consultas às bases do setor industrial, do Norte ao extremo Sul, aonde fui conversar e ouvir, detectando apelos ainda mais agudos na área das pequenas e médias empresas.

Os resultados econômicos são, de fato, preocupantes, e todos nós somos testemunhas da batalha que vossa excelência enfrenta nesse campo.

Mas o que, realmente, contribui para o estado de apreensão são as oscilações que nos afetam a cada momento, irradiando-se para o conjunto da sociedade.

A sociedade deseja colaborar.

A sociedade deseja aumentar o seu já elevado grau de colaboração. Mas para colaborar, a sociedade precisa ver claramente definidas e executadas as prioridades nacionais, a começar pelo combate à inflação.

As oscilações verificadas inibem o impulso ao risco e abalam a confiança e a crença e a fé das empresas e dos cidadãos.

O presidente Figueiredo e seus auxiliares, entre os quais se inclui vossa excelência, senhor ministro Delfim Netto, podem continuar contando com a nossa colaboração desinteressada.

Ao presidente Figueiredo está já lançado na História o crédito maior da implementação da abertura política.

A abertura política, por sua vez, para ser permanente, deve se lastrear na descentralização do poder econômico do Estado, a começar de um diálogo respeitoso, tanto da parte do governo quanto da parte do empresariado.

Senhor ministro Delfim Netto:

Mais que nunca, o momento é de reflexão.

Reflexão sobre nossas responsabilidades comuns.

Reflexão sobre os meios e maneiras de enfrentarmos juntos os desafios atuais.

Reflexão sobre os rumos que iremos tomar, no futuro, deixando de lado acusações de parte a parte, e convencidos de que recriminar este ou aquele ministro de Estado como responsável pelo atual quadro em nada resultará de prático para as metas econômicas e para os objetivos democráticos.

A inflação aí está a exigir a união de todos.

Porque todos somos, em alguma parcela, responsáveis por essa inflação destruidora do ânimo e do corpo nacionais.

Diante do juízo do futuro, não haverá absolvição pela indiferença que demonstrarmos no presente.

A nossa união, o nosso trabalho, a nossa perseverança, coroados pela humildade tanto do governo quanto do empresário, seguramente evitarão sentença tão severa.

Os dias são difíceis, mas em país como o Brasil não pode haver lugar para pessimismo.

É o pensamento que, antes da ação, assegura a construção.

O cético não age e o pessimista destrói.

Diante de tanta tarefa a empreender e de tantos recursos a utilizar, ninguém pode se dar ao luxo do ceticismo.

Vamos continuar confiando.

Discurso de saudação ao ministro do Planejamento, em 30 de julho de 1982.

Discurso de Vail

Ilustres convidados:

Agradeço a indicação de meu nome para saudar personalidades de tamanha expressão. Homens que viveram e fazem história neste Fórum Mundial tão importante, e dela continuam participando apoiados na sua rica experiência como dirigentes públicos ou como empreendedores privados.

Trago para esta reunião a modesta contribuição do setor empresarial de uma Nação em desenvolvimento, cheia de problemas mas confiante no seu compromisso com o progresso e com a democracia, e ansiosa por fazer-se ouvir. Creio haver chegado a hora de o Hemisfério Norte dedicar uma maior e mais efetiva atenção às aspirações dos países do Atlântico Sul.

A indiferença mostrada por essas nações contempla um preço muito elevado, de uma perspectiva política.

Quando as regras estão impostas pelo poder, este poder pode resultar em rebelião. A experiência recente do conflito armado na América do Sul o mostra claramente. Há cicatrizes que devem ser saradas.

Presidente Ford, Presidente Giscard, Chanceler Kissinger.

Ilustres convidados:

Os tempos atuais requerem novos métodos nas relações políticas e econômicas, ampliando-se a participação direta do empresariado no estreitamento dos vínculos entre nossas sociedades.

Estará o empresariado preparado para assumir tão relevantes funções?

Eu creio que sim.

E mais preparados estariam ainda se fossem os horizontes de sua ação maiores. Lamentavelmente, os governos têm ditado restrições crescentes à atuação dos empreendedores privados.

Todos conhecemos os problemas centrais dessas nações: dívida externa, taxas de juros altas, relações de comércio e a deterioração das condições de instabilidade econômica e política.

O que poucos talvez estejam alcançando é que tais problemas poderiam integrar um conjunto mais amplo. Na verdade, eles poderiam ameaçar um sistema político que adota os conceitos de mercados livres, democracia, e ameaçar a estabilidade do Hemisfério Ocidental. A nossa via é de avaliar profundamente o que poderia ser feito para aumentar a cooperação junto a essas nações. Nenhum problema econômico é mais importante às nações deste Hemisfério do que acesso aos mercados internacionais de seus produtos. Perdendo aquilo, com tais atitudes, eles comprometem os princípios de liberdade mesmo. Para conservar e revigorar o capitalismo no mundo, especialmente nas nações que ainda necessitam, devemos ter cooperação efetiva, sincera e honesta entre os ricos e os pobres.

Senão, o Estado avançará.

A liberdade sofrerá.

Perderemos todos, como homens e como sociedade, o ideal de liberdade.

Liberdade em que eu creio.

Liberdade para criar.

Liberdade para trabalhar.

Liberdade que é o fundamento para a ação internacional que conduzirá ao progresso e ao bem-estar comum.

Discurso de saudação a cerca de 300 empresários de diversos países, na Cidade de Vail, Colorado, (EUA), em 13 de agosto de 1982.

Saudação a Figueiredo

Senhor Presidente:

A 15 de novembro o povo brasileiro voltará a exercer um dos direitos que melhor definem a plena cidadania.

O reencontro dos brasileiros com um dos mais caros sentimentos da alma nacional coincide com um período de sérias dificuldades.

Essa justaposição só faz aumentar as responsabilidades dos cidadãos participantes.

Em primeiro lugar, porque o futuro não se esgota no ato de votar.

Em segundo lugar, porque a consolidação da democracia pressupõe a contrapartida de uma efetiva e verdadeira integração econômica e social.

O quadro que resultará das eleições de novembro exigirá, pois, uma postura de maturidade e reflexão.

Maturidade diante da vontade popular que emergir das urnas.

Reflexão diante dos deveres confiados pelo povo àqueles que lhe rogaram mandatos de representação.

No caso do Nordeste, os compromissos assumem dimensões mais amplas. Esta é a região da esperança. É a região onde com maior vigor se manifesta a fibra da raça a que muito se deve o Brasil por sua extensão e integridade territoriais, por seus valores culturais, por seus padrões éticos.

Compartilhamos do anseio de vossa excelência, como presidente de todos os brasileiros, por desenvolver o Nordeste.

Essa identificação se manifesta também na vontade de vossa excelência de construir e de realizar muito mais em favor da região.

O Nordeste requer um tratamento diferenciado, que promova a sua real integração na prosperidade e no bem-estar social.

Se os Estados do Sul e do Sudeste enfrentam problemas, ditados pela atual conjuntura adversa, tais dificuldades manifestam-se, na região nordestina, de maneira crônica, sistemática, quase fatalista.

É imperativo reverter essa situação.

É imperativo incorporar às nossas consciências a decisão de combater esse pretense fatalismo.

É imperativo, no plano prático, mobilizar as lideranças locais e nacionais em busca do progresso.

Cabe às lideranças políticas e, por extensão, a todos os cidadãos com deveres sociais, transmitir ao povo o que representa o atual volume de problemas nacionais.

Quem falar ao povo a verdade terá o troco do gesto sincero e honesto que caracteriza o homem nordestino.

É preciso dizer ao povo que não há soluções de encomenda. E quem prometer soluções mágicas estará mentindo ao povo.

O que existe mesmo são esforços e trabalho, como o que vossa excelência vem realizando pela região.

Senhor Presidente,

Senhor Governador,

Senador Marco Maciel,

Demais autoridades.

Companheiros empresários:

No desempenho da presidência em exercício da Confederação Nacional da Indústria, gostaria de deixar registrado o meu reconhecimento pessoal e dos demais companheiros da CNI pela grande obra institucional do presidente Figueiredo. Estou seguro de também interpretar o pensamento dos companheiros que presidem as demais confederações e federações de âmbito nacional, entidades superiores dos outros setores produtivos nacionais — agricultura, bancos, comércio e transportes — e que aqui vêm registrar o apoio estimulante de vossa excelência e dos membros de seu governo, do qual esperamos continuar merecedores.

Da obra institucional de vossa excelência, a nação reconhecerá o sentido de fraternidade da anistia.

A História registrará a luta pela democracia, de que todos agora desfrutam.

A nação fará justiça à tenacidade com que enfrenta a mais séria crise econômica nacional dos últimos tempos.

A História relembrará os compromissos que assumiu e que cumpriu, inspirado na memória de seu pai, de construir e consolidar uma democracia capaz de nos devolver a dignidade de um país moderno e livre.

Todos precisam entender que, superada a refrega eleitoral, a nação continuará respaldando o grande vencedor do pleito, que é vossa excelência, independentemente dos votos conferidos a cada partido. E será vossa excelência que, de mãos livres e com apoio popular, irá coroar a grande obra política do seu governo, que não se esgota no episódio eleitoral, indo sim até à condução do processo de escolha de seu sucessor.

Caberá a cada qual de nós, movidos pelo sentimento de responsabilidade que é inerente à liberdade, a tarefa de conservar e aprimorar, pelo equilíbrio na ação, o imenso patrimônio que nos é legado por vossa excelência: o patrimônio da liberdade.

Discurso de saudação ao presidente João Figueiredo, no Simpósio de Integração do Nordeste, em Recife, em 11 de novembro de 1982.

Saudação a Reagan

Senhor Presidente:

A visão de riqueza e poderio de seu país inspira-nos a busca de progresso para o Brasil e de bem-estar para os brasileiros.

Este é um objetivo que perseguimos animados pelos ideais de justiça e de liberdade.

Motivados, igualmente, pelo valor do trabalho, pelo desafio de construir, pela vontade política de forjar e consolidar uma grande nação.

Uma nação livre e forte, uma nação consciente de suas responsabilidades.

Vossa excelência encontra um Brasil com dificuldades financeiras, geradas, em larga parcela, por uma conjuntura econômica internacional desfavorável.

Mas este Brasil com problemas é uma nação cheia de dignidade, de auto-estima e de uma histórica vocação para gerir seu próprio destino.

Em um mundo marcado pela desunião, pela incerteza e pelo temor ante o futuro, o Brasil procura viver confiante o seu papel de promotor e avalizador de iniciativas que conduzam à paz.

Uma paz que não seja o resultado da predominância do peso diferenciado das relações entre nações ricas e nações pobres. Mas uma paz que tenha suporte nos princípios da convergência de interesses e da aplicação de direitos, de aceitação geral.

As realizações econômicas, sociais e políticas que vossa excelência já observou nessas curtas horas de permanência no Brasil são fruto de muito esforço. Muito empenho — empenho pessoal e coletivo dos brasileiros.

Constitui um desafio ampliar as conquistas econômicas e sociais do povo brasileiro, conjugando-as com a evolução política do Brasil.

Desafio que representa um compromisso comum dos que acreditam na democracia, na economia de mercado, no valor incomparável da liberdade.

Desafio em que os Estados Unidos, como nação-líder do bloco ocidental, precisam desempenhar um papel estimulador do diálogo e da compreensão, do apoio e da colaboração.

Um papel que considere o fato de que o Brasil é um país sem inimigos, e que, sem condicionantes, à sua soberania, busca sempre o caminho do leal e respeitoso entendimento entre as nações.

São muitos os problemas econômicos entre as nações, mas como bem disse o secretário Shultz não existem obstáculos econômicos que não possam ser resolvidos pela decisão política.

A manifestação de confiança que o Brasil requer, no momento atual, se vincula diretamente ao futuro da democracia

não apenas no Brasil mas também nos demais países latino-americanos.

Trata-se, assim, de um dever coletivo preservá-la. Dever que passa pelos Estados Unidos e pelas demais nações do continente americano.

Estou seguro de que a manutenção e o aprimoramento democráticos valem qualquer esforço.

O Brasil, simbolizado na pessoa e na atuação do presidente João Figueiredo, está empenhado nessa tarefa.

Nós confiamos em que os Estados Unidos realizem a sua parte, contribuindo para a superação das dificuldades que atingem a América Latina e, dentro dela, o Brasil.

E superando os problemas, criemos as bases para desenvolver de uma maneira equilibrada o continente da esperança, o continente da paz, o continente do hoje e do amanhã: o continente americano.

Discurso de saudação ao presidente norte-americano Ronald Reagan, em nome dos empresários brasileiros, em São Paulo, em 2 de dezembro de 1982.

“O papel fundamental do empresário é o de agir como administrador dos recursos econômicos da sociedade, ou seja, dos recursos humanos, físicos e tecnológicos, objetivando atender eficientemente às necessidades e aspirações da coletividade. Seu papel, entretanto, não se esgota aí; igualmente importante é a sua função de canalizador do esforço de poupança da sociedade, promovendo o investimento, que possibilitará a contínua melhora do padrão de vida da população. Nesse arranjo institucional, o lucro representa uma parcela importante de poupança social entregue à administração do empresário; representa também um incentivo e uma remuneração justa pelo bom desempenho de sua função social.

O empresário tem ainda uma outra responsabilidade: o aperfeiçoamento do próprio sistema capitalista, tornando-o progressivamente mais justo, reduzindo as disparidades sociais. Se esta missão não for permanentemente realizada, correr-se-á o risco de provocar a instabilidade e a inviabilização do próprio capitalismo, que terá fracassado no atendimento de um daqueles legítimos direitos sociais a que antes me referi.

Dentro desse quadro, o livro de Mario Garnero possui um especial valor. Ele é a expressão das preocupações que devem constituir parte integrante da vida do empresário, para que possa assumir integralmente sua função social.

Mario Garnero conseguiu posicionar-se com habilidade sobre os mais relevantes aspectos da atualidade brasileira, deixando, para os leitores, indicadores claros de uma nova ordem de prioridades.”

FÓRUM DAS AMÉRICAS



Paulo D. Villares

Paulo D. Villares